



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social

EDINÉIA DE SOUZA OLIVEIRA

Jovens do campo como sujeitos de direitos:
educação e perspectivas de futuro no Recôncavo da Bahia

Cachoeira
2019

EDINÉIA DE SOUZA OLIVEIRA

Jovens do campo como sujeitos de direitos:
educação e perspectivas de futuro no Recôncavo da Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Jesus de Oliveira

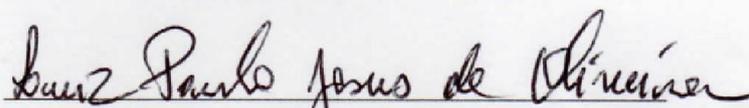
Cachoeira
2019

EDINEIA DE SOUZA OLIVEIRA

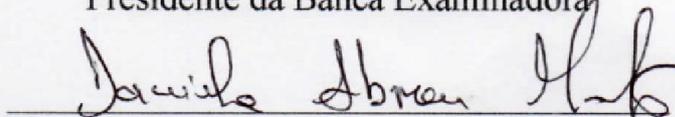
**Jovens do campo como sujeitos de direitos: educação e perspectivas de futuro no
Recôncavo da Bahia**

Cachoeira – BA, aprovada em 29/07/2019.

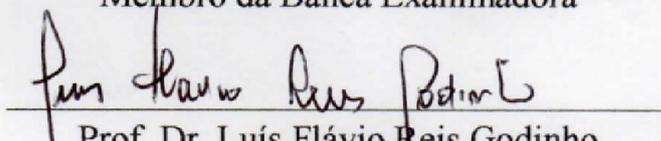
BANCA EXAMINADORA



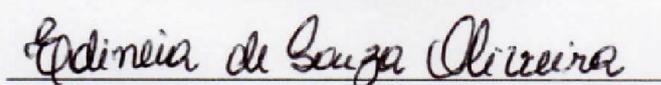
Prof. Dr. Luiz Paulo Jesus de Oliveira
Presidente da Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Daniela Abreu Matos
Membro da Banca Examinadora



Prof. Dr. Luís Flávio Reis Godinho
Membro da Banca Examinadora



Edineia de Souza Oliveira
Discente

Dedico esse trabalho a todos os envolvidos em minha trajetória acadêmica, aos jovens do campo, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude(s)- GEPJUV- UFRB e em especial a minha mãe.

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente a Deus, que durante todo processo na graduação me sustentou e fortaleceu para que não desistisse dos meus objetivos. Houve muitos momentos difíceis, nos quais pensei várias vezes em desistir, mas encontrei pessoas especiais durante o percurso que me incentivaram a enfrentar todos meus medos e superar cada um deles. Segue meus agradecimentos a todos que fizeram parte dessa conquista.

À minha mãe, Maria da Conceição (Pune) por todo incentivo, apoio e o amor de mãe durante minha graduação, compreendendo meus estresses e aturando os meus momentos de angústias, sempre me esperando no portão no retorno da faculdade. Ao meu pai, Edvaldo Oliveira (Forro), que mesmo distante esteve próximo nesse período importante na minha vida, me dando todo apoio e incentivo. Aos meus irmãos, Tamiel e Diego, que entre tapas e beijos sempre nos entendemos.

Aos meus sobrinhos, Mateus Vitor e Ana Lis, que mesmo sem saber eles se tornaram um incentivo fundamental para almejar meus objetivos.

À minha avó, Tereza que sempre me apoiou em tudo, confiando em meu potencial. Amo todos vocês!

Aos meus familiares em geral tios, tias primos, irmão de consideração e padrasto, obrigado por toda compreensão e apoio dado por cada um de vocês.

A meu namorado, Orlando Reis por todo carinho e amor, sempre me incentivando a estudar e não desistir, a enfrentar meus medos e por sua paciência comigo. Agradeço imensamente por toda ajuda de coração.

À minha amiga Daniela Nascimento, que compartilhando da mesma experiência de escrita de TCC sempre foi muito solidária, ligando e perguntando se já terminei o TCC. Seu incentivo foi fundamental desde o início. Te amo amiga!

À minha amiga cara pálida como nos referimos Tailany Santos, obrigada por todo apoio e dedicação nesse processo tão delicado. Você soube me compreender e suportar todos meus desequilíbrios e incômodos a altas horas, sempre forte e com um incentivo fundamental. Gratidão!

Agradeço também aos meus amigos que conquistei durante o curso, obrigada a todos! Em especial as (miguxas) Kaliane, Juliana, Janaina e Larissa. Também a equipe de Muritiba que foram os mais próximos.

Aos professores do curso de Serviço Social, por seus ensinamentos, debates e trocas de conhecimentos proporcionados em sala de aula. Vocês fazem parte dessa longa trajetória e conquista.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude(s)- GEPJUV- UFRB, do qual eu faço parte, por ser um espaço formativo, construtivo e de debates.

E em especial ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Paulo de Jesus Oliveira. Obrigado pelo empenho e confiança, você com certeza foi um dos professores que teve um significado muito importante na minha trajetória universitária, obrigado por tudo.

Enfim gratidão a todos!

RESUMO

A presente monografia, apresentada como Trabalho de Conclusão de curso em Serviço Social tem por finalidade apresentar as vivências dos jovens estudantes do campo no ensino médio e suas dificuldades para conseguir concluir este período educacional tão importante, e suas perspectivas futuras. Todas as pessoas tem o direito de ter acesso ao Ensino, porém para os jovens do campo isso ainda é uma luta. Esses sujeitos ao ingressar na escola precisam superar alguns desafios para permanecer. O estudo buscou identificar quais desafios enfrentados pelos jovens estudantes para a permanência no ensino médio, na Zona Rural de Cachoeira/Muritiba-Bahia e utilizou revisão de literatura, trazendo o conceito de juventude, educação do campo e políticas públicas a aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas, além de levantamento de dados secundários. Foi possível constatar que esses estudantes em sua maioria negra, moradores do campo, pai ou mãe de família, desejam migrar para a cidade em busca de trabalho, dar continuidade aos estudos tendo em vista seu desenvolvimento econômico e social. Esses entrevistados percebem na escola a possibilidade para as conquistas de suas perspectivas futuras. A pesquisa identificou que mesmo com os avanços obtidos pelos jovens do campo a luta por uma educação no/do campo de qualidade ainda prevalece, pois apesar das escolas abrirem as portas para essa juventude, ela ainda tem dificuldades de criar pontos de diálogos com esses sujeitos e sua realidade social.

Palavras-chave: Juventude, Educação do Campo, Ensino Médio; Recôncavo da Bahia

ABSTRACT

The present monograph, presented as a conclusion work in social work, aims to present the experiences of the Young students of the field in high school and its difficulties to conclude this important educational period and its future perspectives. All people have the right to have access to teaching, but for the youth of the countryside this is still a struggle. These subjects upon entering school need to overcome some challenges to remain. The study sought to identify the challenges faced by Young students to stay in high school, in the rural área of Cachoeira/ Muritiba- Bahia and used a literature review, bringing the concept of youth, rural education and public policy the application of questionnaires with semi- structured questions, as well as secondary data collection. It was found that these mostly black students, residents of the countryside, father or mother of the family, want to migrate to the city in search of work, to continue their studies in view of their economic and social development. These interviewees perceive in school the possibility of achieving their future prospects. The research identified that even with the advances made by young people in the countryside, the struggle for quality education still prevails, because although schools open the doors to rural youth, it still has difficulties creating dialogues with these subjects and their social reality.

Keywords: Youth, Field Education, High School; Recôncavo da Bahia

LISTAS DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01: Credenciais escolares dos estudantes	42
Gráfico 02: Situação ocupacional dos jovens	42
Mapa do desemprego de jovens de 18 a 24 anos em Cachoeira, Muritiba e São Félix	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição dos alunos do Ensino Médio por Municípios.....	47
Tabela 02: Distribuição dos discentes do Ensino Médio por Estado Civil.....	47
Tabela 03: Composição do grupo familiar dos jovens entrevistados.....	48
Tabela 04: Nível de escolaridade das mães e pais.....	49
Tabela 05: Distribuição dos jovens entrevistados por participação em grupos e associações	51
Tabela 06: Distribuição dos jovens entrevistados por tipo de vínculo de trabalho.....	51
Tabela 07: distribuição dos entrevistados por faixa etária de quando começaram a trabalhar.....	52
Tabela08: Renda mensal dos jovens entrevistados que trabalham.....	53
Tabela 09: Motivações dos jovens entrevistados para ir à escola.....	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONJUVE- Conselho Nacional de Juventude.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

FUNABEM- Fundação do Bem-estar do Menor.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU- Organização das Nações Unidas.

PBA- Programa Brasil Alfabetizado

PIBEX- Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária

PNBEM- Política Nacional de Bem-estar do Menor.

Proeja- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Prouni- Programa Universidade para Todos

Reuni- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAM- Serviço de Atendimento ao Menor.

SNJ- Secretaria Nacional de Juventude.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2 OS JOVENS DO CAMPO COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	17
2.1. O conceito de juventude.....	17
2.2. Os jovens como problema social	20
2.3. Os jovens do campo como sujeitos de direito.....	22
2.4. As políticas públicas voltadas para a juventude	24
3. JOVENS E EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO.....	30
3.1. A educação no/do campo: uma breve retrospectiva histórica.....	30
3.2 Os Jovens e a escola	35
3.3 O abandono e a permanência dos jovens na escola.....	39
4.JOVENS DO CAMPO NO RECÔNCAVO DA BAHIA: EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS DE FUTURO.....	42
4.1 O contexto sócio-educacional da investigação.....	42
4.2 Percurso metodológico	46
4.3 Os sujeitos da pesquisa.....	47
4.4 O arranjo familiar	49
4.5 A condição juvenil no campo	50
4.6 A inserção no mundo do trabalho	52
4.7 As trajetórias escolares e os sentidos atribuídos a escola.....	54
4.8 Perspectivas futuras	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO.....	66

1.INTRODUÇÃO

A educação do campo é uma concepção de educação que nasce vinculada a questão agrária, luta dos movimentos sociais do campo e tem relação com a teoria marxista, com a pedagogia socialista e a pedagogia do movimento, tendo em seu fim à superação do projeto histórico de dominação das classes dominantes na sociedade capitalista sobre a posse e apropriação da terra, que no caso da sociedade brasileira assume contornos específicos; 1. A política de formação de professores para o campo é recente, nasce no bojo das lutas e pelas reivindicações dos trabalhadores do campo / camponeses organizados em coletivos no enfrentamento as políticas de educação gestada pelo estado. (AGUILAR, 2009)

Portanto, a construção da escola do campo não se resume às meras políticas implementada para a juventude do campo, e sim a uma interação completa entre a educação e o campo, para que tantos os educandos quanto os educadores tenham uma apropriação do conhecimento considerando o diálogo ciência – realidade do campo e o respeito às especificidades das comunidades rurais. (AGUILAR, 2009)

A escolha do tema se deu devido a minha condição de jovem do campo, moradora de São José do Itaporã, pelas minhas vivencias enquanto estudante do ensino médio de uma escola pública do campo e também pelas inquietações que surgiram com a minha participação como bolsista voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária- PIBEX em 2016, através da atuação no projeto de extensão “Juventude (s), educação e projetos de vida: diálogos com/de/para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia”¹, que ofereceu um ciclo de oficinas no Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão² localizado em Belém, distrito do município de Cachoeira – Bahia. Por sua vez, a minha participação como bolsista de Iniciação Científica - PIBIC (FAPESB/UFRB), entre 2017 e 2019, no projeto de pesquisa “*Juventude (s), educação e perspectiva de futuro: um estudo*

¹ O projeto de extensão, coordenado pelos professores Daniela Matos (CAHL/UFRB) e Luiz Paulo Oliveira (CAHL/UFRB), encontra-se no terceiro ano de execução cujas ações visam promover e incentivar práticas educativas que possibilitassem aos jovens estudantes do ensino médio vivenciarem e ampliarem a sua condição juvenil. Objetivou-se ainda, promover atividades que possibilitasse a aproximação dos jovens do ensino médio com a UFRB, de modo a estimular a continuidade dos estudos e o acesso à universidade pública. O público alvo é jovens estudantes do Ensino Médio de escolas públicas estaduais localizadas no município de Cachoeira. Nos anos de 2016 e 2017, as ações extensionistas ocorreram no Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão (CEPAG)–Vila de Belém da Cachoeira, zona rural; e nos anos de 2018 e 2019 no Colégio Estadual da Cachoeira, área urbana, do município de Cachoeira- Ba.

²O Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão recentemente passou por um processo de municipalização, sendo a partir de 2019 não oferece turmas de ensino médio e sob responsabilidade da Prefeitura Municipal da Cachoeira- Bahia.

*exploratório sobre jovens estudantes de escolas públicas no Recôncavo da Bahia*³ possibilitou o contato com o Colégio Estadual Manuel Benedito Mascarenhas, localizado em São José do Itaporã, distrito do município de Muritiba, sendo que a experiência acumulada nas atividades de extensão e de pesquisa foi fundamental, seja através das oficinas e vivências pedagógicas ou da realização da pesquisa de campo, para compreender os sentidos atribuídos pelos jovens estudantes do ensino médio no campo e suas dificuldades para permanecer e concluir nessa etapa da educação básica, bem como suas perspectivas futuras.

As inquietações são devido às questões relativas ao processo de permanência no ensino médio e as dificuldades enfrentadas pelos jovens enquanto estudantes de escolas no campo, filhos e filhas agricultores, que ao mesmo tempo tem que escolher entre o trabalho e a permanência no ensino médio.

Ao analisar a relação que os estudantes vêm construindo com a escola, enquanto instituição social, podemos observar algumas limitações que essa juventude encontra ao encerrar o processo de formação na educação básica, entendendo que a instituição escolar não pode ser compreendida apenas como um espaço acadêmico, mas tem a capacidade de se tornar também um espaço de sociabilidade. Assim, durante a conclusão do Ensino Médio, o planejamento sobre projetos de vida pode ser um instrumento importante na trajetória desses jovens estudantes.

A constituição Federal de 1988, no artigo 205, a educação é considerada um direito de todos, devendo ser ofertada pelo Estado com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

É necessária a construção de uma escola que reconheça as várias vivências e experiências das juventudes. Os jovens conscientes, com uma formação ética, estarão mais preparados para o convívio social em benefício de toda a comunidade e conseqüentemente

³O projeto de pesquisa é coordenado pelo Prof. Luiz Paulo Oliveira (CAHL/UFRB) e tem como objetivo central analisar os sentidos atribuídos à escola por jovens do ensino médio das escolas públicas do Recôncavo da Bahia e suas perspectivas de futuro. Encontra-se em fase de análise de dados decorrentes da pesquisa realizada entre os meses de abril e novembro de 2018, mediante a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas contendo informações sobre as seguintes variáveis: perfil dos estudantes; composição do grupo doméstico; condição juvenil; trajetórias escolares; inserção no mundo do trabalho e perspectivas de futuro. O instrumento de coleta de dados foi aplicado a 333 jovens estudantes de três escolas públicas do Ensino Médio do Recôncavo da Bahia, localizadas nos municípios de Cachoeira, São Félix e Muritiba. Cabe destacar que essa pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-(FAPESB) PIBIC/UFRB.

serão adultos mais conscientes, pois a educação é fundamental não apenas para preparação para a vida adulta, mas é essencial para a vivência da condição juvenil.

Este estudo foi realizado por entender a importância que este ambiente tem nas diversas vivências que fazem parte das realidades das juventudes dos Municípios de Cachoeira e Muritiba, mas que também se reflete em muitas outras realidades do Brasil. Entendo que a permanência no ensino médio é uma das principais dificuldades enfrentadas pela maioria dos jovens, filhas e filhos de trabalhadores brasileiros.

Assim esta pesquisa é norteadada pela seguinte pergunta: Quais desafios enfrentados pelos jovens estudantes do campo para a permanência no ensino médio nos municípios de Cachoeira/ Muritiba-Bahia?

Para tanto, o objetivo geral desse trabalho de conclusão de curso é analisar os sentidos atribuídos à escola por jovens estudantes das escolas públicas de ensino médio do Recôncavo da Bahia, localizadas em áreas rurais dos municípios de Cachoeira e Muritiba-Bahia. Além disso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) identificar o perfil sócio-econômico dos jovens estudantes do ensino médio investigados; b) identificar os desafios e as perspectivas dos jovens com a relação à inserção no mundo do trabalho; c) investigar como os jovens avaliam a contribuição da escola no desenvolvimento de projetos futuros.

Do ponto de vista metodológico, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória com abordagens qualitativas e quantitativas, partindo da premissa que a utilização de dados quantitativos e qualitativos no processo de pesquisa é uma lente investigativa, que permite captar e apreender aspectos da realidade social a partir de determinados ângulos e enfoques, que necessariamente não excluem mas se complementam, principalmente na construção das mediações teórico-empíricas entre os processos e as configurações sociais que circunscrevem a condição juvenil e sua relação com a educação.

A operacionalização da pesquisa adotou os seguintes procedimentos: Pesquisa bibliográfica da literatura, sobre a temática da juventude, educação do campo, escola e permanência no ensino médio. Levantamento de dados secundários: a partir de informações disponibilizadas pela base de dados do Censo de Educação Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério de Educação do Governo Federal, Pesquisa de campo: com realização de pesquisa exploratória, mediante a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. E foi utilizado o Programa SPSS, Programa

estatístico desenvolvido para análise de dados quantitativos na área de Ciências Sociais para tabulação dos dados da pesquisa.

No que se refere a estrutura do texto, o primeiro capítulo aborda os aspectos históricos e conceituais da juventude, abordando a concepção da sociedade sobre a juventude, com ênfase na juventude do campo como sujeitos de direitos e as políticas públicas para a juventude implementadas no Brasil nas duas décadas.

O segundo capítulo aborda o conceito da educação do campo, apresentando uma breve retrospectiva histórica; bem como analisa a relação dos jovens e a escola e os desafios enfrentados para a permanência no ensino médio.

O terceiro capítulo apresenta os dados da pesquisa realizada com os estudantes das escolas públicas do campo localizadas nos distritos de Cachoeira/ Muritiba-Bahia. Nessa pesquisa foram analisados os sentidos atribuídos à escola pelos alunos, como esta interfere em sua perspectiva futura, foi traçado o perfil desses alunos, os desafios para inserção no mercado de trabalho e apresentamos o resultados desse estudo.

Por fim, as considerações finais.

2. OS JOVENS DO CAMPO COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Este capítulo tem como objetivo discutir a noção de juventude, um conceito contemporâneo, abordaremos sobre os jovens do campo como sujeitos de direitos, e por fim, apresentaremos um breve histórico das políticas públicas voltadas para a juventude do campo no Brasil nas últimas duas décadas.

2.1. O conceito de juventude

Até o século XVII, na sociedade medieval, havia uma separação entre o mundo infantil e o mundo adulto, porém essa separação ocorria sem maiores divisões de fases, sem preocupação do indivíduo como jovens. Somente a partir do século XVIII, com o desenvolvimento do mercantilismo, as mudanças sociais que ocorriam como a ascensão da burguesia e o surgimento da educação, no início do século XIX, é que surge o conceito de juventude (VARELA, URIA, 1992, APUD RAITZ, PETTERS, 2008).

É nesse contexto que a juventude passa a ser vista como fase distinta das outras fases de desenvolvimento da vida dos indivíduos, porém é apenas no século XX, que a escola, e o Estado passaram a preocupar-se com a identificação social e política da juventude, incluindo esses jovens em espaços organizados possibilitando a expansão desses sujeitos em setores sociais diversificados e o surgimento de novos conceitos e significados da juventude. (RAITZ, PETTERS, 2008).

Na década de 1950 e início da década de 1960 do século XX, nos países desenvolvido economicamente, se evidencia a separação entre jovens e família destacando a luta desses indivíduos por autonomia e liberdade. (RAITZ, PETTERS, 2008). Ocorre os movimentos da juventude lutando pela identidade, liberdade de expressão e com suas energias ao logo da década contestaram a própria educação que recebiam.

A partir da década de 1960, houve muitas manifestações culturais e políticas dos jovens indicando que o papel juvenil começava a ter outro lugar. Nesse período, aconteceu também a ação do movimento hippie, contrapondo-se aos valores morais da época propagando ideais de “paz e amor”, criticando a sociedade de consumo. (SOUZA, 2019).

A década de 70 também foi marcada pelos movimentos juvenis, pelo consumo intenso da música, resultando em rompimento com as normas estabelecidas, com as formas de dominação. (Raitz, Petters, 2008).

A juventude da década de 80, era mais conservadora, não simpatizava com a ação revolucionária da geração anterior. Foi uma geração que com a expansão do capitalismo e a competição do mercado de trabalho, começou a estudar mais cedo objetivando uma carreira profissional importante, e uma vida confortável economicamente. (SOUZA, 2019).

Com um mundo cada vez mais integrado com o processo de globalização a juventude da década de 90, foi impactada pela tecnologia, que colocaram esses jovens em contato com a Televisão, telefone celular e internet, facilitando o acesso à informação.

Com essa trajetória histórica podemos afirmar que não existe um conceito único e permanente de juventude, pois em cada período, em cada momento histórico, cada geração traz marcas próprias do contexto social onde estão inseridos, os jovens são influenciados pela sociedade em que vivem e, por isso, comportam-se, pensam e agem de maneira diferenciada. (Raitz, Petters, 2008).

Apesar disso, no imaginário social a juventude é associada a ideia de transição para a fase adulta, porém de acordo com Bourdieu (1983) não se deve falar sobre os jovens como se fossem uma unidade social, um conjunto constituído, dotado e com interesses comuns e relacionar esses interesses em uma faixa etária.

A identidade do jovem no presente precisa ser compreendida para além da perspectiva de futura imposta pela sociedade. A juventude não pode ser reduzida a uma fase na qual o indivíduo se prepara exclusivamente para aprender se tornar um adulto.

É preciso entender que não existe um conceito definitivo sobre a juventude, pois é mais complexo do que uma simples classificação etária. A juventude é uma categoria socialmente produzida, cuja construção é influenciada pelo contexto em que esses jovens estão inseridos, o contexto histórico, cultural, econômico e social.

Portanto, por um lado a juventude ela assume um caráter universal ao adotar o critério de idade, e por outro é dinâmico, resultado dos diferentes contextos sociais onde os jovens estão inseridos. É uma fase de mudanças, de descobrimentos, onde o jovem passa a ter responsabilidades e busca a independência. (BRASIL, 2013 A).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) considera os jovens dentro de uma faixa etária adolescentes de 12 a 18 anos. Segundo a pesquisadora Elisa Guaraná de Castro, as pesquisas recentes no campo acadêmico e organismos governamentais têm adotado no Brasil e no mundo uma faixa etária mais extensa de classificação dos jovens, 15 a 29 anos. Essa faixa etária é utilizada no Brasil pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUV), ambos criados em 2005, no primeiro mandato do governo do presidente Lula. De acordo com Lei 12.852/2013 que Instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. (BRASIL, 2013)

A juventude é uma situação social que apresenta características gerais a todos os jovens, ao mesmo tempo em que também apresenta diferenças sociais, culturais e econômicas; são jovens trabalhadores, estudantes do campo e da cidade, que assumem para si sonhos, personalidades e projetos de vida. Segundo Sarriera, Câmara e Berlim 2006, a juventude pode ser compreendida como:

"[...] um conjunto de estatutos que assume e de funções sociais que desempenha uma determinada categoria de sujeitos na sociedade, então, no caso dos jovens, determinada pela situação de transição da dependência familiar à plena autonomia social. " (SARRIERA, CÂMARA E BERLIM 2006, P. 21, APUD MANDELLI, SOARES, LISBOA, 2011 p. 51)

Os jovens brasileiros têm características diversas que envolvem as suas múltiplas identidades, por isso não podemos generalizar e conceituar a juventude como homogênea, pois apesar da faixa etária, e características biológicas que aproximam esse grupo, eles vivenciam realidades, contextos econômicos, sociais e culturais diferentes. (ROCHA, 2006)

Essa diferença implica em desigualdade de classe social, como toda população existe uma grande quantidade de jovens pobres e uma pequena parte de jovens com melhor poder econômico, que por esse motivo possuem acesso diferente a cultura, ao ensino, ao trabalho, ao lazer. (ROCHA, 2006)

O local de habitação também é um fator que gera desigualdade, os moradores do campo têm uma condição de vida inferior aos moradores da cidade, têm acesso precário a saúde, educação e cultura. Além do preconceito geográfico relacionado a compreensão do

campo como lugar de atraso, pouco desenvolvido e menos civilizado. Nesse sentido estamos de acordo com JÚNIOR (2007) ao definir preconceito geográfico nos seguintes termos:

Aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, feio, ignorante, culturalmente inferior, etc. (JÚNIOR, 2007, APUD VILLELA, 2014, p. 7014).

Além disso, os processos de inclusão e exclusão sociais juvenis se expressam fortemente através da esfera do consumo, quando o jovem não assume a posição de consumo é excluído, marginalizado.

Outra questão que é imposta à juventude é a inserção no mercado de trabalho, onde muitos jovens para ingressar no mercado de trabalho, acabam abandonando e não prosseguindo com os estudos. Dada a condição de classe, os jovens oriundos das camadas populares ingressam (quando conseguem) no mercado de trabalho precocemente para suprir tanto suas necessidades juvenis quanto de sua família. Apenas uma pequena parcela consegue dar prioridade aos estudos, ingressando no mercado somente após a Universidade; ou seja, os jovens oriundas das classes médias e da burguesia.

Não podemos classificar os “jovens de hoje”, apenas pelas nossas experiências pessoais. “Só os que vivem a juventude, hoje, sabem e sentem o que é ser jovem”. (BRASIL, 2013 p. 21A). A atual juventude não pode ser classificadas através de experiências passadas, as juventudes são distintas e essa multiplicidade deve ser valorizada.

Os jovens são atores sociais que condensam a “esperança” da sociedade do “amanhã”, de um futuro melhor, a possibilidade de “renovação” e “ameaça”, aquele que deve ser preparado para as responsabilidades da vida adulta. A palavra juventude assemelha-se uma “marca social”. Ela unifica um grupo composto por diversas realidades sociais (BRASIL, 2008).

2.2 Os jovens como problema social

Há duas concepções sobre a juventude predominantes na qual os jovens são sujeitos ou vítimas de problemas sociais. A ideia do jovem revolucionário, que não se submete as

normas sociais, que luta contra o sistema é dominante e tida como problema. (ROCHA, 2006).

Alguns fatores que levam a associação dos jovens como um problema são: a violência, o desemprego, o consumo de álcool e outras drogas, problemas sociais que não estão relacionados exclusivamente a esse segmento etário. Esses problemas não são causados pelos jovens, pelo contrário são problemas existentes na sociedade que atingem a todos, inclusive os jovens. Dessa forma, a

“A tematização da juventude pela óptica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social - ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social - por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural.” (ABRAMO, 2000: 169 APUD ROCHA 2006)

Segundo a autora Helena Abramo (1997), a juventude vem acompanhada de certo pânico moral, provocação de medos e de insegurança que desestabilizam a sociedade. E, essas características tornaram a juventude brasileira estigmatizada como sendo um elemento altamente perigoso, como um problema.

É necessário desconstruir esse pensamento hegemônico, no qual a juventude é tida como problemática, violenta e sem projetos de vida futura. Pois ao tornar os jovens um problema, a sociedade deixa de entender esse grupo como sujeitos de direitos e os tornam indivíduos que necessitam de ações punitivas e repressivas, da intervenção e tutela do Estado.

Essa visão também disseminada do jovem como vítima do contexto sócio- econômico, refere-se a uma juventude específica formada, em sua maioria, por jovens de baixa renda, moradores das periferias dos grandes centros ou do campo, que abandonaram a escola, sem acesso à saúde, ao lazer, aos direitos básicos de todo cidadão. Nessa concepção os jovens são tidos unicamente como vítimas, logo objeto de intervenções públicas, de caráter, preponderantemente, compensatórias. (ROCHA, 2006).

Conceber os jovens dessa maneira é notá-los parcialmente, esquecendo de algo essencial que são suas possibilidades, capacidades e criatividade. É não contextualizar o jovem com sua época, cultura, país. Considerando-os problema ou vítima, não atentamos para

a complexidade das situações que produzem e/ou fortalecem essas situações. As ações, punitivas ou compensatórias, conseguem apenas, quando obtêm êxito, ocultar o elemento de uma relação social cruel e desumana, da qual fazemos parte. (Rocha, 2006).

Dessa maneira é fundamental outro olhar que compreenda os jovens, em especial os jovens do campo, como sujeito de direitos. Essa concepção colabora para que deixemos de compreendê-los como problema e olhemos mais especificamente para suas capacidades e necessidades enquanto cidadãos da sociedade brasileira. (Rocha, 2006).

2.3. Os jovens do campo como sujeitos de direito

A noção de direito surgiu a partir da revolução francesa, onde todas as pessoas reconhecidas como cidadão ou cidadã, se tornaram sujeitos de direitos, isso efetivou a igualdade de condição social, reduzindo o afastamento social existente entre a nobreza e a burguesia. Todos desfrutavam das mesmas experiências, conhecimento e bens econômicos produzidos e acumulados pela sociedade. (Brasil, 2006).

Existem três gerações de direitos a primeira geração consagrou os direitos civis e políticos, a segunda geração ressaltou a urgência dos direitos sociais e a terceira geração, resultado da luta dos movimentos sociais, no final do século XX, reconhecida também na Constituição Federal, consagrou os direitos difusos. Diferente das gerações anteriores traz como protagonistas grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, crianças, adolescentes, jovens e idosos. Tendo como objetivo proporcionar a esses grupos meios para existir e se desenvolver sem preconceito ou discriminação. (BRASIL, 2006).

As duas primeiras gerações priorizavam a luta pelos direitos individuais, a terceira geração por sua vez prioriza a luta pelos direitos coletivos, e a sua violação compromete a sociedade.

O Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852, de 2013) é o documento que legitima os jovens como sujeitos de direitos, ele traz os direitos dos jovens que devem ser assegurados e garantidos pelo estado, assegurando-se direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, direito à educação, direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, direito à diversidade e à igualdade, direito à saúde, direito à cultura, direito à comunicação e à liberdade de expressão, direito ao desporto e ao lazer, direito ao território e à mobilidade, direito à sustentabilidade e ao meio ambiente, direito à segurança pública e o acesso à justiça.

Tendo como princípios, a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; valorização e promoção da participação social e política; promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; reconhecimento do jovem como sujeito de direitos; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; respeito à identidade e à diversidade da juventude; promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (BRASIL, 2013 B)

Esse estatuto é uma conquista dos jovens e de todos os cidadãos; mas precisa ser legitimado como política de Estado, pois somente a promulgação da lei não garante a sua efetividade.

Esta noção de jovens como sujeitos de direitos contrapõe a visão da juventude problema que tem comportamentos e pensamentos que não são de acordo com as normas impostas pela sociedade. Ou de sujeitos que são vistos como vulneráveis a sofrer algum tipo de intervenção do Estado.

O reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, implica em reconhecê-los como cidadãos que além dos direitos tem deveres, atores políticos capazes de participar e articular projetos individuais e coletivos. Colaborando para resolução de problemas que não são exclusivos desse grupo. (ROCHA, 2006).

Pensando nos jovens não com uma perspectiva futura, mas no presente, os quais precisam ser ouvidos e tem muito a contribuir na elaboração, implementação e avaliação das políticas e ações destinadas a eles.

A juventude brasileira vivencia contextos diferentes, daí é necessário compreender as diferentes situações sociais, econômicas, culturais e de gênero em que se encontram os jovens, principalmente os jovens do campo. Os jovens não são todos iguais; essa compreensão é fundamental para garantir seus direitos. É necessário considerar essas diferenças, as desigualdades e os princípios associados à juventude, ao pensarmos em ofertar educação, cultura, meios para a participação social juvenil.

Reconhecer as diferenças dos jovens em suas perspectivas, ritmos, vontades e garantir a igualdade de voz e participação na elaboração de uma proposta coletiva de sociabilidades, de cidade e de cidadania é uma das principais dificuldades de uma política para e com a juventude. (ROCHA, 2006)

Os jovens como todos os cidadãos têm direitos e esse direito não pode estar apenas nas legislações, eles precisam ser efetivados e alcançar a toda juventude seja no campo, na cidade, na periferia, jovens brancos ou negros. As políticas públicas devem alcançar os jovens indistintamente. Pois apesar da existência das políticas públicas para juventude, muitos jovens não são beneficiados por ela, não vivendo plenamente essa fase tão significativa da vida. Conforme Regina Novais,

....o fato dos jovens comporem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violências presente no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem um tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. Portanto, seu desenvolvimento integral é legítimo e de interesse de todo o conjunto de sociedade. (NOVAES, 2006 p.7)

Sobre a juventude é necessário articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização das diferenças, para afirmação dos direitos, elaboração e implementação das políticas públicas. (Brasil, 2006)

A juventude segundo o Pnad/ IBGE de 2015, corresponde a 48 milhões da população brasileira, desses 7 milhões são moradores do campo o que representa a porcentagem de 15%. A juventude do campo segundo alguns estudos pretendem sair do campo para a cidade. São jovens entre 15-29 anos, onde 53% são do sexo masculino, 47% feminino. 27% desses jovens tem renda familiar de até 234,25 reais. 3,2% não possuem nenhum nível de instrução, 34% possuem fundamental incompleto, 15,4% fundamental completo, 24,5% ensino médio completo, superior incompleto 3,2%, superior completo 1,5%. 66% já estão fora da escola, sendo que 48% concluíram apenas o ensino fundamental. 9,4% desocupados e 53% trabalhando em atividades agrícolas. Apenas 28,8% contribuem para a previdência.

2.4. As políticas públicas voltadas para a juventude.

No Brasil o primeiro documento que norteou as políticas públicas voltadas para juventude foi o Código de Menores de 1927, tinha como objetivo elaborar mecanismos de proteção às crianças contra ameaças e riscos que as tirassem da direção do trabalho e da ordem, foi revogado no final da década de 70. Entre 1930 e 1941 foram formulados a partir de

políticas públicas programas de educação e de saúde, direcionados à assistência à maternidade, à infância e à adolescência, foi criado também uma estrutura institucional, composta por órgãos como o Conselho Nacional de Serviço Social, o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência e o Serviço Nacional de Menores (SAM). A instauração de triagem e de internação foram respostas tomadas, naqueles anos, contra a repressão e à criminalidade, alvos de políticas específicas, com o tempo de internação relacionado ao tipo de delito cometido. Nesse período a inimputabilidade penal permanecia até os 18 anos. (MELIM, 2012).

Já entre os anos de 1951 e 1956 foi apresentado pelo presidente da República ao Congresso Nacional o projeto de um novo órgão – o Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM), em substituição ao SAM. Nesse projeto foi excluído a figura do Diretor do SAM, foi criada uma diretoria e também um conselho, formado por representantes da comunidade (MELIM, 2012). Nos anos seguintes, de 1957 a 1959, foi realizada uma primeira “revisão” no Código, pois juízes e representantes do Ministério Público passaram a reconhecer os direitos dos menores e tendo-os como indispensáveis “à dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”, recordando à sociedade sua corresponsabilidade quanto ao problema da marginalização da infância. (MELIM, 2012).

No período da Ditadura Militar, 1964 a 1979, foi criada a Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM) tendo como órgão responsável a Fundação do Bem-estar do Menor (Funabem). Essa política reforçou a ideia de jovem, como infrator (principalmente o jovem pobre, e negro) que deveria ser tratado pelo sistema. Ou seja, a juventude era caso de polícia. (KERBAUY, 2005). Ainda nesse período os jovens da classe média e participantes do movimento estudantil se colocaram contra o sistema político vigente, a resposta a essa participação política dos jovens foi uma violenta repressão militar para acabar com esses movimentos. (KERBAUY, 2005).

Em 1985 a Organização das Nações Unidas (ONU), elegeu esse ano como o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. A partir daí vários países se preocuparam em elaborar políticas para os jovens. No Brasil, foi na Constituição federal de 1988, que o conceito de juventude foi introduzido, no mesmo ano foi criado o Fórum Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do

Adolescente, e como fruto dessa mobilização social em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (LOMBARDI, 2013)

O ECA foi um avanço no sentido de garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, responsabilizando a família, a comunidade, e o Estado pelo cumprimento ou não desses direitos e deveres; e incorporando a cidadania tornando as crianças e adolescentes sujeitos de direitos. (LOMBARDI, 2013). Até esse período a prioridade das políticas públicas para a juventude era o controle tutelar e repressivo dos jovens, não havia uma preocupação com o bem-estar social e cultural desse grupo, o objetivo era adequar esses jovens aos princípios e parâmetros estabelecidos pela sociedade.

Mas a partir do final do Século XX, as políticas públicas mudam de foco, já não eram direcionadas para a contenção e ajustamento dos jovens tidos, como marginais e delinquentes. Direccionam-se à preparação da juventude para o trabalho, investindo na educação para a formação de mãos de obras para o capital.

Nos anos de 2002 e 2003, no governo do Lula, encontra-se um ambiente favorável para criação de programas e políticas para a juventude. Nesse período, algumas universidades aprofundaram seus estudos sobre a temática da juventude, realizaram pesquisas e apresentaram publicações que foram referências para as políticas públicas da juventude. (LOMBARDI, 2013).

Ainda em 2003 o debate sobre políticas públicas para juventude teve alcance nacional. Houve a Semana Nacional da Juventude que ocorreu nos dias 23 a 26 de setembro de 2003, da qual participou mais de 700 jovens, de 21 estados brasileiros. E como resultado das ações desenvolvidas até esse momento, foi apresentado em dezembro o Relatório Preliminar com várias sugestões para o Plano Nacional da Juventude. (BRASIL, 2008)

Em 2004 aconteceu a Conferência Nacional da Juventude, realizada pela Câmara de deputados, dessa conferência resultou a Emenda Constitucional 65, que coloca os jovens como público prioritário para políticas e a elaboração do Plano Nacional da Juventude (Projeto de Lei nº 4.530/2004), que traçou metas para os próximos 10 anos e o Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens. Os anos entre 2003 a 2010 foram produtivos em ações e pesquisas que contribuíram para o avanço das políticas públicas para juventude. (LOMBARDI, 2013).

Ainda em 2004, a Secretária-geral da Presidência da República instituiu um grupo interministerial, composta por representantes de 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados, que elaborou um “diagnóstico” sobre a juventude brasileira e mapeou as ações governamentais, resultando em uma proposta de implantação de uma política nacional “inovadora” para a juventude. Ela considerava a necessidade de integração das ações e especificava nove eixos transversais para orientar a Política Nacional da Juventude, que segundo BRASIL, 2008 eram:

“(1) ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola de qualidade; (2) combater o analfabetismo entre os jovens; (3) prepará-los para o mundo do trabalho; (4) gerar trabalho e renda; (5) promover a vida saudável; (6) ampliar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e às tecnologias da informação; (7) promover os direitos humanos e de discriminação positiva; (8) estimular a cidadania e a participação social; (9) melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e das comunidades tradicionais.”(Brasil 2008, p. 197)

Sendo assim a política nacional para a juventude busca garantir os direitos da juventude, através de ações que colabore para transformação social desses indivíduos, trazendo mudanças em vários aspectos de suas vida reduzindo a desigualdade social dos quais são vítimas.

Em 2005 foram executadas as primeiras ações de uma Política Nacional de Juventude, através da criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. (LOMBARDI, 2013)

A SNJ é responsável por realizar ações para os jovens, é um intermediário entre o governo e o povo e também encarregado pelo trabalho juntamente outros Ministérios e Secretarias. (LOMBARDI, 2013)

O Conjuve é um órgão consultivo que tem a responsabilidade de instituir diretrizes sobre a política nacional, firmada no diálogo entre a sociedade civil e o os membros do Governo. Algumas das suas ações laboração da Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006), 1ª Conferência Nacional de Juventude (2008), 2ª Conferência Nacional de Juventude (2011) e a realização do Pacto Pela Juventude durante o processo eleitoral, que teve fundamental importância para o reconhecimento dos direitos das juventudes e a criação de oportunidades para essa população. (LOMBARDI, 2013)

Em 5 de agosto de 2013 entrou em vigor através da Lei 12.852/2013, O Estatuto da Juventude, que trata sobre o direito dos jovens. E os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Algumas das políticas e ações para a juventude:

a) **ProJovem**, Programa unificado de juventude que visa alcançar aos jovens excluídos da escola e ofertar formação profissional. Jovens entre 18 a 29 anos já alfabetizados que abandonaram o estudo.

b) **Proeja**- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de jovens e adultos

c) **Programa Brasil Alfabetizado** (PBA) desde 2003 tem como objetivo a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

d) **Programa Universidade para Todos** (Prouni) é um programa de inclusão educacional criado no ano de 2004 pelo Ministério da Educação (MEC). Esse programa concede bolsas de estudo que vão de 50% a 100% das mensalidades aos estudantes brasileiros que não têm condições de pagar o valor das faculdades particulares e querem ingressar no ensino superior.

e) **O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência dos jovens na educação superior.

As políticas direcionadas para a juventude do campo tem como objetivos; Acabar com o fechamento das escolas do campo e garantir a reabertura de escolas nas áreas rurais. Garantir a aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo decreto 411/2010, inclusão no Plano Nacional de Educação de cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública de ensino em todos os níveis e modalidades.

Algumas delas são, **Projovem Campo- Saberes da Terra**. Esse programa oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Tem como objetivo ampliar o acesso e a qualidade da educação para essa população que foram excluídas desse processo educacional, respeitando as especificidades, particularidades e diversidade de gênero, étnico-racial, cultural, política, econômica, territorial e produtivas desses sujeitos.

O 1º Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, promovido pela Secretaria Nacional da Juventude em 2012, ocorreu em Brasília e teve a presença de 150 jovens e membros do governo. Nesse evento foi produzida uma carta coletiva, apresentando resumidamente as considerações e reivindicações para uma política nacional de juventude do campo. Entre os assuntos abordados na carta estão a ampla e massiva reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e quilombolas; educação no campo; fim do trabalho escravo e fomento para projetos da juventude do campo e da floresta.

3. JOVENS E EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

O presente capítulo tem como objetivo abordar o conceito da educação do campo, apresentando uma breve retrospectiva histórica; bem como analisar a relação dos jovens e a escola e os desafios enfrentados para a permanência no ensino médio da educação básica.

Antes de falarmos sobre educação no/do campo é necessário conceituarmos o campo; o campo tem o seu significado marcado pelos movimentos sociais no final do século XX, em alusão à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como pessoas que apresentam laços culturais e valores associados à vida na terra. Refere-se ao campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. (BRASIL, 2006)

Dessa forma a ideia de campo vai além de uma definição jurídica. Representa um conceito político ao contemplar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da educação do campo está relacionada a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, através da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. (RODRIGUES, BONFIM, 2017)

Uma das particularidades dos povos do campo é a forma singular de se relacionar com a natureza, a terra, o trabalho e a produção, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança (...) (BRASIL, 2006).

3.1 A educação no/do campo: uma breve retrospectiva histórica

A educação do campo foi se constituindo ao longo dos tempos com a sociedade sendo o seu principal ator neste cenário, formando e transformando seu contexto social, político, histórico, econômico e cultural em virtude de suas necessidades.

A concentração de propriedades surge no Brasil a partir de 1822, com a chegada dos colonizadores portugueses e apropriação das terras antes habitadas pelos índios, através do sistema sesmaria em que os donatários recebiam as terras denominadas como capitânicas hereditárias e fundavam vilas e povoados mantendo o poder político e social. (SOUZA, 2012)

No século XX os conflitos de terra marcaram o Brasil, surgindo vários movimentos sociais na luta pela reforma agrária e defesa dos direitos dos trabalhadores que vive da terra como as Ligas Camponesas (1945); Movimento dos Atingidos por Barragens (Década de

1970); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST (1979 - 1984); a Via Campesina (década de 1990); Movimento de Mulheres Camponesas (2004); o Movimento Quilombola (década de 1990 e 2000), entre tantos outros. (SOUZA, 2012)

A ocupação de terras e a articulação das lutas pela terra se intensificaram a partir do final da década de 70, período em que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou MST. Desde 1984, além das ocupações de terra e marchas para pressionar a realização da reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. (AGUILAR, 2009).

É importante ressaltar que o MST foi um dos mais importantes dos movimentos sociais no país pela garantia de direitos, um papel fundamental na luta pela educação igualitária para todos, cujo enfoque e suas especialidades sempre para que o sujeito do campo não perca sua identidade. Como afirma a autora Caldart (2004).

(...) é a própria realidade como se apresenta o MST hoje que coloca a análise da dimensão cultural como uma das possibilidades de sua compreensão histórica. Trata-se de um movimento social que se foi constituindo historicamente também pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos. Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os Sem Terra se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito, enfim, por sua identidade (CALDART, 2004 p.43-44 apud AGUILAR, 2009; p. 27).

Nessa perspectiva devemos pensar na educação desses sujeitos como uma maneira de reforçar sua identidade, ou seja, que eles venham se identificar e se reconhecer como próprios sujeitos do campo, fazendo-lhes os próprios protagonistas dessa educação (AGUILAR, 2009).

Ainda na década de 1980, muitas escolas públicas do campo foram fechadas, com a justificativa de não possuir um número suficiente para manutenção das classes escolares. O surgimento da educação de campo está ligado a luta pelo reconhecimento dos povos do campo em sua diversidade e pela garantia dos direitos sociais, e pela visão do campo como um lugar de progresso e avanço (SOUZA, 2012).

Essa educação deve fazer sentido na vida dos sujeitos do campo, além de compreender o ambiente onde vivem sua cultura e as relações sociais. Por isso a luta por uma educação específica, com currículos específicos, ou seja, uma pedagogia específica para que assim o sujeito do campo possa problematizar seu pensamento e pensar para além do que foi imposto.

(AGUILAR, 2009). Essa educação tem que partir da realidade desses sujeitos, levando em consideração sua cultura, sua história, sua memória e sua crença.

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino cujo objetivo é a educação de crianças, jovens e adultos que residem no campo. Sendo assim caracteriza-se como uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação há milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido da mesma forma em que é garantido para a população urbana (RODRIGUES, BONFIM, 2017). A Educação do Campo é resultado da luta pela territorialização do direito e cultivo da memória e das histórias das populações do campo. Tornando-se assim como um movimento de resistência. (Gomes, 2015).

A Educação do campo se intensifica a partir da partir da segunda metade do século XX, por reivindicações de movimentos sociais e da sociedade civil, que desejavam uma educação direcionada para os interesses e necessidades da população do campo, e também uma educação que considerassem a cultura e a identidade dessa população. Com tais movimentos buscava-se uma educação inclusiva e autônoma. (TRAVESSINI, 2015, p.29 apud RODRIGUES, BONFIM, 2017).

Em 1998 após a I Conferência Nacional por uma educação do campo, o termo campo passou a substituir o termo Rural, pois com a expressão campo, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas. (ROSA; CAETANO, 2008, p.23 apud RODRIGUES, BONFIM, 2017).

A educação do campo é uma construção coletiva que se inicia com o questionamento das ações produzidas nas escolas dos assentamentos das reformas agrária e se expande para o âmbito das políticas como a luta pelo acesso à educação básica e superior, contra o fechamento de escolas, por docentes mais capacitados e infraestrutura apropriada nas escolas. E como construção coletiva acessa a escola e expande os tipos de lutas fora da escola por formação humana e realização de processos de conscientização política. (SOUZA, 2012)

Embora a constituição federal traga em seu artigo 5º que “todos são iguais perante as leis”, as oportunidades não são iguais, na prática essa igualdade permanece apenas nas legislações. A política educacional é um exemplo embora algumas leis tragam esta como um direito universal, nem todos têm acesso a ela, os jovens do campo não têm acesso ao mesmo ensino ofertado nas escolas urbanas.

A educação do campo surge com objetivo de possibilitar a essa população os mesmos direitos educacionais que as pessoas que vivem em cidades possuem, busca garantir a igualdade educacional, na qual todos os indivíduos tenham acesso ao mesmo padrão de ensino, mas que respeite as singularidades culturais e os modos de vida das populações que vivem no campo.

A Educação do campo não é uma continuidade da educação rural, a educação do campo foi construída através de movimentos populares, organizados por movimentos de camponeses, lutando por uma educação escolar que articula o trabalho produtivo com a educação escolar, ambos fundado no princípio da cooperação e alicerçado na solidariedade daqueles que vivem no campo. A educação rural foi elaborada com base nos interesses do capital e dos latifundiários, é fruto dos interesses deste, ou seja, busca o desenvolvimento do capitalismo no campo e não no interesse em buscar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo (SANTOS, MIRANDA; 2017).

A educação rural está voltada para população agrícola, caracterizada por todos aqueles sujeitos cujo principal meio de sustento é a agricultura, sendo essas pessoas os camponeses, ou seja, aqueles indivíduos que vivem e ao mesmo tempo trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho, seja este um salário, um lucro ou um juro (RIBEIRO, 2012, apud SANTOS, MIRANDA 2017).

Diferente da educação rural, a educação do campo é uma demanda de diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso, quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como agentes e sujeitos das ações pedagógicas. Dessa forma, o campo não é apenas o contrário de urbano, mas também um lugar de muitas possibilidades. (SANTOS, MIRANDA 2017).

O conceito de educação do campo é um fato recente, que não existia há cerca de quase 20 anos atrás. Ele é, como já dito anteriormente resultado das reivindicações dos movimentos dos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária. Através dessa reivindicação também foi desenvolvido o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária⁴(PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo (FERNANDES, 2006 apud SANTOS, MIRANDA 2017).

⁴Programa que garante a educação em áreas de Reforma Agrária, de forma a atender as necessidades do povo do campo; esse programa tem como objetivo o aumento dos níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais

A luta pela Educação do Campo não está relacionada a uma questão local ou regional, ela é ampla, é histórica e se expande até os dias de hoje. Assim como existem pessoas que lutam por uma moradia digna, por um trabalho ou por um território, assim também há pessoas que lutam em prol da Educação do Campo. E esses sujeitos sociais que lutam pela educação, são constituídos pelos movimentos sociais, as organizações sindicais, diversas comunidades, escolas rurais, dentre outros. (SANTOS, MIRANDA 2017).

A educação do campo é uma educação direcionada para um público alvo específico, logo, é fundamental que a educação ofertada nas escolas localizadas no campo considere os valores e a identidade das pessoas que lá residem. Reconhecendo e enaltecendo ainda mais essa cultura camponesa que historicamente foi e, ainda é alvo de preconceitos e julgamentos pelas pessoas do meio urbano (RODRIGUES, 2017).

A compreensão da educação do campo leva-nos a pensar em um novo rumo de escola, não apenas pela obrigação de atender aos educandos, mas pelo reconhecimento da sua função social, seu caráter formativo, a capacitação de professores, o processo de ensino aprendizagem a ser desenvolvido e a produção de um projeto educacional que esteja em conformidade com a trajetória de luta das camponesas e camponeses. (MACHADO, 2017).

Segundo ARROYO; FERNANDES, 1999 “[...] uma escola do campo é a que defende os interesses da agricultura camponesa, que construa conhecimentos, tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 47 apud MACHADO, 2017 p. 18327.)

Os movimentos sociais do campo contribuíram historicamente para elaboração pedagógica e métodos para um espaço de emancipação, formação crítico-social e de transição para o aprofundamento do conhecimento e compartilhamento de saberes que levem em consideração tanto as realidades pessoais quanto coletivas dos educandos, colaborando para a construção de um projeto pedagógico inclusivo e jamais excludente. Ou seja, a educação de campo leva em consideração as particularidades do povo do campo e junto com os trabalhadores e trabalhadoras elabora um projeto escolar que busque o desenvolvimento desse local, e das pessoas que nele vivem.

assentados, além de se propor a apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento de acampamentos e assentamentos. (ECODEBATE, 2010)

Os jovens do campo e da cidade vivenciam trajetórias diferentes com suas especificidades embora ambos enfrentem dilemas comuns da juventude. Entretanto, os jovens do campo enfrentam um conjunto de conflitos que tendem a se apresentar diante da negação de direito ao acesso à educação do campo.

A juventude do campo é frequentemente relacionada à saída do campo para a cidade. É predominante a idéia de desinteresse desses sujeitos pelo campo, e esses jovens são atraídos pelo estilo de vida urbano em que encontram a possibilidade de “mudar” de vida, Porém ir embora ou ficar abrange várias questões por meio da qual a categoria juventude é formada. (CASTRO, 2009).

3.2 Os jovens e a escola

A imagem da escola sempre está relacionada com o quadro-negro, a mesa do professor, as cadeiras enfileiradas, um professor que passa as atividades e os alunos que devem seguir as orientações dadas por ele (BRASIL, 2013 A). Por esse motivo, muitas vezes para os jovens a escola torna-se um lugar desinteressante, com docentes que não colaboram para sua formação. Torna-se um espaço obrigatório em que muitos freqüentam apenas visando à obtenção de um diploma escolar.

E quando essa relação entre o estudante e a instituição escolar não acontece da maneira adequada, ou a instituição é considerada incompetente ao lidar com os jovens estudantes, ou a juventude é responsabilizada pelo seu desinteresse com os estudos. Mas é necessário ressaltar que a situação é mais ampla e abrange a instituição escolar e os indivíduos e as transformações sociais.

A escola atual se depara com uma nova sociedade, um novo público e com um contexto social de desigualdade e diversidade cultural. Com a expansão da escolarização básica no Brasil, grupos sociais que estava fora do ambiente escolar, passaram a adentrar nesse espaço, trazendo consigo suas diferenças de classe, raça, gênero, religião entre outros; diferenças que são consequência dos diversos contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos (BRASIL, 2013).

A escola é uma instituição importante e que traz impactos para vida dos jovens. É o lugar onde passam a maior parte do tempo em seu cotidiano; a escola é o espaço onde fazem

amigos, compartilham experiências, valores e projetam seus futuros. E, mesmos com os desafios vivenciados por esses jovens, a escola é um ambiente que estimula expectativas na juventude podendo contribuir efetivamente para suas vidas, possibilitando o prosseguimento dos estudos e uma boa inserção profissional, (BRASIL, 2013).

As escolas precisam reconhecer e valorizar as diversas culturas sociais em que os estudantes estão inseridos, e deve estar aberta para promover o diálogo com as experiências do presente e expectativas de futuro desses sujeitos.

Os jovens não querem apenas escutar, eles também precisam ser ouvidos e se estivermos dispostos a ouvir os jovens poderemos perceber as experiências significativas e perspectivas que, se compreendidas, apresentam caminhos para a superação de muitos dos problemas das escolas públicas.

Problemas como, a falta de investimento, a infraestrutura ruim de várias escolas, as precárias e injustas condições de trabalho dos professores, o modo pouco dinâmico e criativo que muitas aulas são realizadas, as dificuldades no relacionamento com alguns professores. Problemas vivenciados e que podem ser observados através de um olhar juvenil. (BRASIL, 2013).

Esse olhar que é particular de cada jovem e resultado do contexto social que esses jovens pertencem, das experiências individuais, e das identidades construídas, vai influenciar no tipo de adesão à escola ou mesmo no interesse para os estudos. Ou seja, a concepção dos jovens sobre a escola vai depender da realidade vivida por eles. (BRASIL, 2013).

Por exemplo, a escola pode ser muito diferente para os jovens da cidade, de classe média, filhos de pai alfabetizados, para eles um longo período de estudo é algo esperado, e desejado. Para jovens do campo, pobre, as vivências dos pais e colegas nem sempre apontam um futuro promissor através do estudo. (BRASIL, 2013).

Enquanto para alguns alunos, a escola se caracteriza como uma obrigação imposta pelos pais ou pela sociedade, para outros, estudar está diretamente relacionado à sua inserção no mercado de trabalho; a escola torna-se uma oportunidade para a desejada mobilidade social. (BRASIL, 2013).

Mas a maioria dos jovens deseja uma escola que tenha sentido para a vida e que possibilite a compreensão da realidade. Eles demandam que haja conexão entre o que se

ensina na escola e o seu cotidiano. Para muitos estudantes é um desafio estabelecer um vínculo entre os conteúdos curriculares e suas vidas.

Esse é um problema experimentado por muitos jovens do campo, que muitas vezes frequentam uma escola que não leva em consideração suas realidades campestres, mas lhes impõem conteúdos trabalhados nas escolas urbanas.

As escolas precisam considerar as múltiplas realidades dos alunos e buscar a forma apropriada de transmitir o conhecimento, pois esse deve ser um ambiente onde as diferenças são respeitadas e a diversidade valorizadas.

Ser jovem e estudante não são dimensões antagônicas, na rotina à escola, o jovem traz consigo as várias experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes períodos e lugares que, como observamos, compõem certa condição juvenil que influencia, e muito, a sua experiência escolar e os significados atribuídos a ela. Em contrapartida, a escola que ele frequenta apresenta características próprias, constituída por uma realidade múltipla, diferente. (DAYRELL, 2007)

O processo educativo é resultado da ação mútua dos indivíduos com a escola, esse processo é complexo e variado. “Nessa perspectiva, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração ou reelaboração expressas pelos sujeitos sociais, fazendo da instituição educativa um processo permanente de construção social” (Ezpeleta&Rockwell, 1986; apud Dayrell, 2007). E o que tem tornado esse processo mais complexo é a eliminação das fronteiras dos colégios, que tem na contínua massificação uma das suas evidências; os jovens negros, pobres, do campo, da periferia, estão, progressivamente, ultrapassando os seus muros, trazendo suas experiências e novos desafios. Um desses desafios é a afirmação desses jovens como alunos, essa categoria que é naturalizada por muitos como uma realidade dada, universal, caracterizada instantaneamente como uma condição de minoridade, seja da criança ou do jovem, estabelecida por uma relação incompatível com mundo adulto. (Dayrell, 2007).

O “aluno” no entanto é uma construção histórica instituída no contexto de um definido sistema escolar, em volta do qual foi se estabelecendo toda uma ordem social, na qual se exercem definidos papéis e se representa um estado de vida específico (SACRISTÁN, 2003, APUD DAYRELL, 2007).

Na escola é dominante a ideia de aluno criada pela sociedade moderna. Nesse período, existia uma divisão dessa instituição com a sociedade, a escola sendo classificada como local principal de socialização das novas gerações, encarregada pela transmissão de valores universais e regras que deviam moldar o indivíduo e, simultaneamente, torná-lo autônomo e livre (DUBET, 1994, APUD DAYRELL, 2007).

Quando o jovem adentrava naquele espaço, abandonava suas vivências nos seus portões, tornando-se aluno, devendo interiorizar uma matéria escolar e se dedicar em uma aprendizagem de conhecimentos. (Dayrell, 2007).

Semelhante ao modelo que regia o mundo do trabalho e o trabalhador, desejava-se que o estudante fosse disciplinado, obediente, pontual e se dedicasse aos estudos com eficiência e eficácia. Simultaneamente, não se reconhecia os alunos em seu aspecto de jovens, numa vocação em representar os dois conceitos como se fossem, de alguma maneira, a mesma coisa. Dessa forma, a heterogeneidade sócio- cultural dos jovens era limitada a diferenças observadas no enfoque da consciência (inteligente ou com dificuldades de aprendizagem; aplicado ou relaxado etc.) ou no da conduta (bom ou mal aluno, obediente ou rebelde etc.). Segundo esse modelo, a única opção para o jovem era ceder as normas ou ser afastado da instituição. (Dayrell, 2007).

O ensino médio enfrenta desafios significativos. Com a expansão das matrículas ocorrida a partir da década de 1990 e a ampliação da obrigatoriedade e gratuidade desse nível de ensino, ocorreu uma mudança considerável do perfil dos jovens alunos que chegam a ele. As escolas públicas de ensino médio no Brasil anteriormente eram exclusivamente acessadas por jovens ricos das classes alta e médias da sociedade, herdando as habilidades, conhecimentos e perspectivas futuras. Elas então passam a receber um grupo de alunos cada vez mais heterogêneo, determinado pelo contexto de uma sociedade desigual, com elevados índices de pobreza e violência que determinamos panoramas prováveis de postura da juventude em seu vínculo com essa instituição. (LEÃO, DAYRELL, REIS, 2011)

A escola como espaço de formação social e política dos indivíduos, tem como função social socializar os saberes acumulados e produzidos pelos homens ao longo dos anos. Deve ser um lugar onde as diferenças devem ser respeitadas, buscando o desenvolvimento dos sujeitos em seus aspectos culturais, sociais e cognitivos. Este espaço acaba se tornado um lugar também de luta e superação das desigualdades vivenciadas.

3.3. O abandono e permanência dos jovens na escola

Algumas das razões para o abandono e permanência dos jovens na escola são além da própria responsabilidade pelo êxito ou fracasso escolar, também está relacionado a outros problemas internos da instituição, como a falta de infraestrutura ou a ruim relação professor-aluno. (BRASIL, 2013 A)

A concepção da escola como uma chatice é frequente entre a juventude; eles relacionam essa chatice com os tempos, os conteúdos, a relação e também os métodos utilizados pelos professores. (BRASIL, 2013 A). Diante desse fato muitos jovens são responsabilizados, ou até mesmo suas famílias ou professores. Mas para enfrentar esse problema da realização escolar é necessário compreender se esse desinteresse que os jovens apresentam na vida escolar não pode ser entendido como uma dificuldade que estes enfrentam em conceder um sentido à escola, e ao que ela tem a proporcionar. (BRASIL, 2013 A)

É fundamental entender que a permanência e o abandono da escola pelos jovens são determinados pela combinação de condições subjetivas como suporte familiar, relação instituída com os professores, motivações originadas nas redes de sociabilidade, comprometimento no cotidiano escolar e condições objetivas, ou seja, possibilidades de empenhar-se aos estudos, condições financeiras da família, necessidade da certificação, planos pessoais mais ou menos traçados que resulta em apropriações distintas da experiência escolar. (BRASIL, 2013 A)

Quando isso não acontece ocorre a evasão escolar, o ato em que os alunos abandonam o ensino por qualquer motivo, este problema social afeta principalmente os alunos no ensino médio. Existe vários fatores que se relacionam com o abandono e a permanência dos jovens na escola e principalmente no ensino médio, muitas das contradições estão nas tensões entre a escola e a juventude, ou o contexto social em que estão inseridos, muitos dos jovens preferem permanecer no ensino médio por uma perspectiva futuro; outros o abandonam por necessidades pessoais, há também os que optam em conciliar o trabalho e a escola, mas não conseguindo, decidem priorizar o trabalho e acabam abandonando a escola, o aspecto social também tem o seu peso nessa questão (BEZERRA, 2019).

Para compreendermos melhor a evasão escolar e o abandono escolar e preciso diferenciar os conceitos. O abandono escolar ocorre quando o aluno deixa a escola por definitivo e a evasão escolar é quando deixa de frequentar, mas com a possibilidade de retorno (ABRAMOVAY & CASTRO, 2003, apud BRASIL, 2016).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP de acordo com o Censo Escolar realizado entre 2014 e 2015, a taxa de evasão escolar é a seguinte: 1ª série do ensino médio é de 12,9%, 2ª série do ensino médio é de 12,7%, 3ª série do ensino médio é de 6,8%. (BEZERRA, 2019).

Além de ter menos pessoas chegando ao ensino médio, há um alto índice de evasão escolar nessa fase, que, segundo o Ministério da Educação, chega a 11,2%. O ensino médio, que é considerado importante, que faz parte da educação básica, concentra-se um elevado índice de exclusão. A taxa média de abandono e reprovação é de 35,5%, verificada entre os anos de 2007 e 2009 (BRASIL, 2009). Apenas 48% dos matriculados estão na faixa etária considerada regular, isto é, possuem entre 15 e 17 anos. Mais de 40% das matrículas ocorrem no período noturno. Ou seja, verifica-se que ao mesmo tempo em que se percebem altas taxas de abandono a escola tem uma importância para a vida do jovem, de maneira significativa para a vida desses jovens. (SILVA, PELISSARI, STEIMBACH, 2013).

A permanência, ou seja, a continuidade no ensino médio, é um direito e ao mesmo tempo um compromisso social, onde os próprios jovens estudantes tem um compromisso com o seu futuro. A permanência dos alunos que ingressam no ensino médio representa um dos maiores desafios da educação secundária no Brasil.

Anualmente, observa-se na educação brasileira pública (ensino médio geral) um aumento da evasão. No Censo Escolar 2017, retrata que a escola pública no Brasil (ensino médio), continua sendo uma escola para minorias. Embora quase todos reconheçam que a partir da década de 1960, tivemos uma expansão quantitativa no número de alunos matriculados no ensino médio público, é fato constatado nas estatísticas e fisicamente em sala de aula, que o índice de evasão no ensino médio é crescente. Efetivamente, pode-se dizer que, a instituição pública de ensino não consegue manter os alunos até a conclusão do 3º ano do ensino médio.

Para a juventude de o campo permanecer no ensino médio é um desafio pois não há escolas em suas localidades e estes tem que se deslocar para a cidade se quiser dar

continuidade aos seus estudos, outro desafio é que as escolas não articulam seus conteúdos com a realidade desses sujeitos.

A juventude do campo possui especificidades e a escola deve levá-las em consideração e dessa forma garantir a permanência e a conclusão desses sujeitos no ensino médio, ofertando uma educação de qualidade.

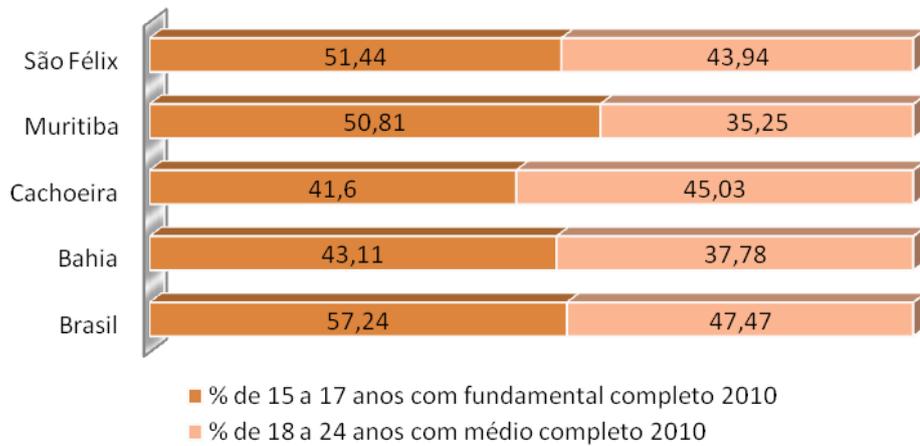
4. Jovens do campo no Recôncavo da Bahia: educação e perspectivas de futuro

Para compreender quais são desafios enfrentados pelos jovens estudantes para a permanência no ensino médio, moradores das áreas rurais dos municípios de Cachoeira e Muritiba- Bahia, e as perspectivas futuras desses jovens, este capítulo apresentará dados da pesquisa realizada nas escolas Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão localizado em Belém, distrito da Cidade de Cachoeira – Bahia e no Colégio Estadual Manuel Benedito Mascarenhas, localizado em São José do Itaporã distrito de Muritiba; lócus de investigação empírica desse estudo.

4.1.O contexto sócio-educacional da investigação

A realidade social das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia é historicamente marcada pela negação ao direito a educação, o que se expressa nos níveis extremos de desigualdades sociais incrustadas na qualidade da oferta e do acesso escolar e nos processos de escolarização da população jovem, oriunda de comunidades tradicionais e rurais da região.

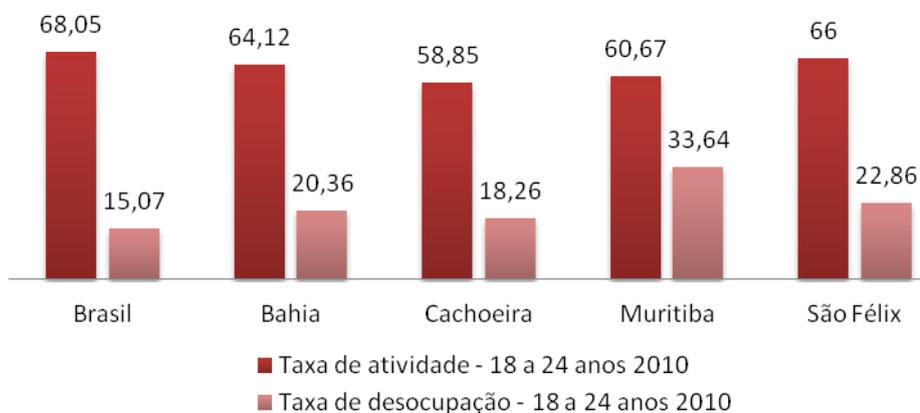
Os dados do Censo Demográfico de 2010 já indicavam o elevado déficit das credenciais escolares dos jovens de 15 a 24 anos. Conforme demonstra o gráfico 01, o percentual de jovens de 15 a 17 anos com fundamental nos municípios de Cachoeira (41,6%); São Félix (51,4%) e Muritiba (50%) indica que parcela significativa dos jovens das cidades do Recôncavo não havia concluído a etapa fundamental da educação básica (9 anos de estudos). Os indicadores também são alarmantes quando se analisa o percentual de jovens de 18 a 24 anos com ensino fundamental completo, uma vez que apenas 35% dos jovens nessa faixa etária do município de Muritiba e 45% dos jovens que residiam em Cachoeira havia concluído o ensino médio.

Gráfico 01 - Credenciais escolares dos jovens

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Dados tabulados através do sítio: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>

No que se refere, a situação ocupacional dos jovens de 18 a 24 anos, observa-se que a taxas de desocupação nos municípios do Recôncavo da Bahia (ver gráficos 02 e 03), a exemplo dos municípios de São Félix (22,8%) e Muritiba (33%), estão acima das médias observadas no âmbito estadual (20,3%) e nacional (14,07%). Embora a taxa de desocupação dos jovens de Cachoeira, esteja abaixo da média estadual e da nacional, não deixa de ser expressiva (18%); evidenciando que os jovens das cidades de pequenas estão mais expostos a risco do desemprego, em grande medida devida a própria fragilidade de mercado de trabalho local.

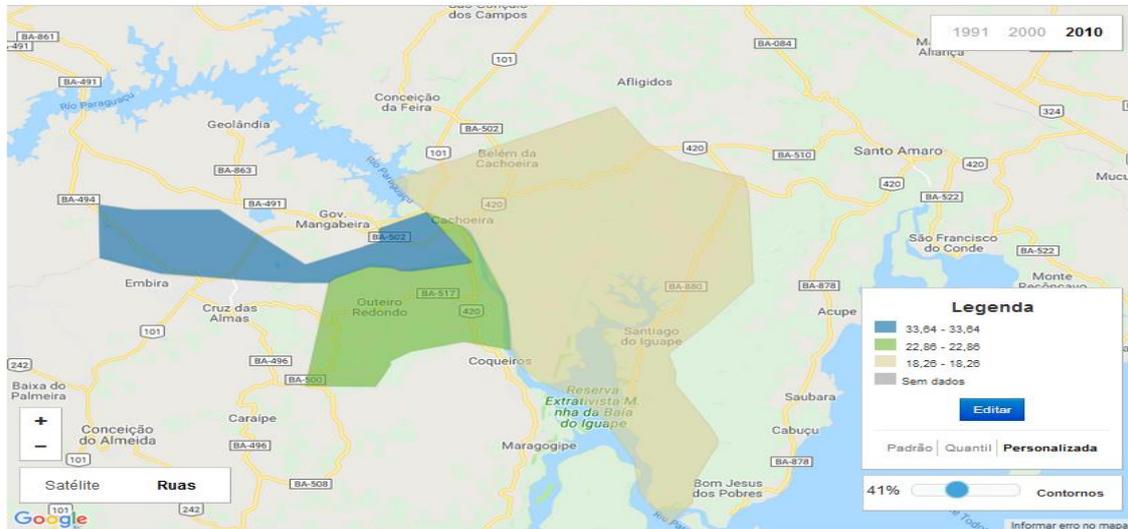
Gráfico 02 - A situação ocupacional dos jovens

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Dados tabulados através do sítio: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>

Ilustração 01

Mapa do desemprego de jovens de 18 a 24 anos em Cachoeira, Muritiba e São Félix



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Dados tabulados através do sítio: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>

Há de se ressaltar, que a dinâmica sócio-educacional da região está subordinada a tendências gerais, observadas no âmbito estadual e nacional. Os dados da Pnad de 2015 indicam que o percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio na Bahia (49,8%) está abaixo da média nacional (62,7%), apesar da ampliação da cobertura nas últimas décadas. No caso específico, dos municípios do Recôncavo da Bahia, a maioria dos municípios que compõe esse território apresenta percentuais inferiores à média estadual, sendo que Cachoeira (37%), Santo Amaro (35%) e São Francisco do Conde (11%) são os municípios que apresenta os piores indicadores relacionados ao percentual de estudantes no ensino médio com idade adequada de 15 a 17 anos. No caso da cidade Muritiba, esse percentual é mais elevado (45%), ainda esteja aquém da meta prevista pelo Plano Nacional de Educação em vigência. Dentre os fatores explicativos, destaca-se a mudança no perfil demográfico dos jovens de 15 a 29 anos, aspectos relacionados ao clima escolar, ao desempenho dos estudantes, a adequação série-idade; o abandono escolar e difícil conciliação entre escola e trabalho.

Segundo o Censo Escolar, em 2017, no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia haviam 24.282 matrículas no ensino médio regular, ofertadas principalmente na rede estadual do ensino e em áreas urbanas dos 20 municípios que compõem esse território. O

perfil dos estudantes matriculados é composto por jovens de 15 e 17 anos (55%), do sexo feminino (56,4%) e negros (65%). Mas, é elevado o percentual de estudantes com distorção de idade/série, já que aproximadamente 42% dos estudantes matriculados tem entre 18 e 24 anos, indicador que ratifica os dados do Censo de 2010 conforme gráfico 01. Além disso, apenas 0,3% dos alunos matriculados estudavam em escolas de tempo integral.

No que se refere ao perfil dos estudantes de ensino médio, que residem nas áreas rurais do Recôncavo, observa-se que a maioria dos estudantes está matriculada em escolas do ensino médio, localizadas nas áreas urbanas do Recôncavo, portanto precisam se deslocar diariamente do campo à cidade para estudar. De acordo com os dados do Censo Escolar, em 2017, 42% dos estudantes matriculados no ensino médio (10.208 matrículas) residia em áreas rurais do Recôncavo. Sendo que, apenas 19% estudava em escolas localizadas nas áreas rurais. Portanto, 81% dos estudantes do campo estudava em escolas urbanas.

No tocante ao perfil etário, observa-se que 51% dos estudantes tem entre 15 a 17%; 31,7% entre 18 e 19 anos; 14% de 20 a 24 anos e 2,5% de 25 ou mais anos. Pode-se constatar que o percentual de estudantes com idade adequada para ensino médio acompanha a média estadual. Contudo, é expressivo o percentual de estudantes acima de 18 anos matriculados no ensino médio, o que evidencia trajetórias escolares marcadas por experiências de abandono e/ou reprovação escolar.

Outro aspecto a ser destacado, diz-se respeito a presença significativa das jovens estudantes do campo nas escolas de ensino médio, já que representam 58% das matrículas dos estudantes oriundos de áreas rurais. Isso demonstra que há trajetórias escolares desiguais por gênero, reproduzindo um padrão clássico de socialização e transição escola-trabalho entre jovens do campo diferenciado para moças e rapazes.

No que se refere a questão racial/cor dos estudantes do campo no Recôncavo, constata-se que 65,4% dos estudantes matriculados foram declarados como negros (somatório de pretos e pardos); 3,7% brancos; 0,4% amarelo; 0,1% indígena; e 30,4% não foi informada. Os dados referentes a questão racial se constitui como um dos principais limites do Censo Escolar, uma vez que tal foi informação sempre é subnotificada pelos diretores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino público e privado ao responder ao Censo Escolar da Educação Básica, no sistema Educacenso do INEP/MEC. Embora os dados estejam subestimados, é

possível afirmar que os estudantes do campo que freqüentam as escolas do ensino médio são predominantemente negros, oriundos de comunidades rurais tradicionais e afrodescendentes.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória realizada com 69 estudantes da turma do 3º ano, do Colégio Estadual Padre Gusmão (Belém de Cachoeira) e Colégio Estadual Manuel Benedito Mascarenhas (São José do Itaporã –Muritiba), área rural do município de Cachoeira, oferece pistas analisar os sentidos atribuídos à escola por jovens estudantes das escolas públicas de ensino médio do Recôncavo da Bahia. Embora, os resultados encontrados não permitam nenhum tipo de generalização para o universo de estudantes do campo matriculados no ensino médio, condensam características centrais que atravessam a condição social dos jovens do campo no Recôncavo, conforme veremos na análise dos dados da pesquisa de campo.

4.2 Percurso metodológico

Essa pesquisa teve como abordagem escolhida a quantitativa e qualitativa; para a realização da pesquisa foi utilizada os seguintes procedimentos: Pesquisa bibliográfica básica sobre juventude do campo, educação e perspectivas de futuro; Levantamento de dados secundários sobre a quantidade de alunos da zona rural na secretaria da escola e sobre o Ensino Médio no Recôncavo da Bahia, a partir de informações disponibilizadas pelo Censo de Educação Básica; a Pesquisa de campo foi realizada com 69 jovens estudantes do campo de escolas públicas de ensino médio, mediante aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas contendo informações sobre as seguintes variáveis: perfil dos estudantes; composição do grupo; condição juvenil; inserção no mundo do trabalho; trajetória escolar e perspectivas de futuro. A amostra desse estudo é um recorte empírico específico, do conjunto de dados obtidos no projeto de pesquisa.

No que se refere à pesquisa de campo, foi estabelecido como delimitação da investigação e unidade de análise os jovens estudantes das escolas públicas do Ensino Médio, localizada nas áreas rurais de dois municípios do Recôncavo da Bahia, a saber: Cachoeira e Muritiba. A amostra da pesquisa é composta por estudantes de turmas da 3ª série do Ensino Médio.

O Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão funciona nos turnos matutino, vespertino; o horário de funcionamento do colégio no turno matutino é das 7: 30 h às 12:00 h,

no turno vespertino é das 13: 30h às 17h. O total de alunos matriculados na escola em 2018 foi de 195 alunos, sendo que 143 alunos freqüentavam o Ensino Fundamental II e 52 alunos o Ensino Médio. Trata de uma escola de pequeno porte, cuja infra-estrutura é composta por: 4 salas de aulas, 01 Sala de diretoria, 01 sala de secretaria, 01 sala de professores, 01 cozinha, 02 banheiros; 01 pequeno refeitório e o pátio descoberto, também utilizada como quadro de esporte e eventos festivos da escola.

O Colégio Estadual Manoel Benedito Mascarenhas, funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. O horário de funcionamento do colégio no turno matutino é das 7: 30 h às 12:00h, no turno vespertino é das 13: 30h às 17h e noturno. Das 19:30h às 21:30 no noturno. O total de alunos matriculados na escola é 461 alunos, matrículas 1º ano são 202, matrículas 2º ano 152, matrículas 3º ano 107. A escola é composta por: 7 salas de aulas, 32 funcionários, Sala de diretoria, Sala de professores, Cozinha, 2 Banheiros, Pátio coberto, quadra, biblioteca.

4.3. Os sujeitos da pesquisa

No total foram entrevistados 69 jovens estudantes do 3º ano do ensino médio, sendo 13 jovens do Colégio Estadual Padre Alexandre de Gusmão e 56 alunos do Colégio Estadual Manuel Benedito Mascarenhas. Cabe ressaltar que, 33 jovens informantes frequentavam a escola pela manhã e 36 estudavam pela tarde. A amostra investigada é composta por jovens na faixa etária de 15 a 21 anos, predominantemente sexo feminino (48 jovens) e apenas 21 informantes do sexo masculino. Esse dado ratifica resultados de pesquisas na área, pois a taxa de sucesso escolar das jovens mulheres do campo no ensino médio é relativamente superar aos jovens homens.

A identidade racial/etnia dos jovens entrevistados foi categorizada da seguinte forma: negra, não negra, indígena, outro, não deseja declarar. Assim 72,5% se autodeclararam negros; 10,1% se autodeclararam não negros; 1,4% se autodeclararam indígena; 8,7% optaram por outros e 2,9% não desejaram declarar; 4,3% não responderam. Consideramos que percentual daqueles se autodeclararam como negros, um percentual muito significativo, o que indica que cada vez mais os jovens do campo estão se auto afirmando como negros e afro descendentes.

Na pesquisa de campo, também interrogamos os estudantes sobre a sua religião. Sendo 66,7% dos estudantes entrevistados são católicos; 17,4% são protestante/evangélico e 10,1% não

tem religião. Outras religiões tiveram a porcentagem de 4,3%. Observamos que apesar da porcentagem de alunos que não declararam sua religião é significativo; o que merece ser objeto de análise em estudos posteriores se considerarmos a importância da religião e da religiosidades no meio rural no Recôncavo da Bahia.

Quanto ao local de moradia, 92,8% jovens entrevistado informaram que moram na zona rural e apenas 7,2% são da zona urbana. Trata-se de jovens oriundos dos seguintes municípios: Muritiba, Cachoeira, Cabeceiras do Paraguaçu e Governador Mangabeira, conforme demonstra da tabela 01.

Tabela 01

Distribuição dos jovens entrevistados por município que residem

Município	V.A	%
Cabaceiras do Paraguaçu	5	7,2
Cachoeira	11	15,9
Governador Mangabeira	1	1,4
Muritiba	47	68,1
Total	69	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Em relação ao estado civil, de acordo com os dados da tabela 02 conclui-se que a maioria dos entrevistados são solteiros e apenas 11,5% declararam que estão “morando junto” ou são casados. Do total de entrevistados apenas três afirmaram ter um filho e somente 1 declarou ter dois filhos; os demais declararam não ter filhos. Portanto, trata-se de um perfil de jovens do campo tipicamente juvenil, cuja constituição de família parece ser um projeto a ser postergado para o futuro.

Tabela 02

Distribuição dos jovens entrevistados por Estado Civil

Estado Civil	V.A	%
Solteiro	49	71,0
Casado/união estável	2	2,9
Morando junto	6	8,7
Outro	11	15,9
Não responderam	1	1,4
Total	69	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

4.4 O arranjo familiar

Ao investigar sobre os arranjos familiares, especificamente sobre a composição do grupo familiar e a escolaridade dos pais ou responsáveis, verificamos que do total de jovens entrevistados, 59,4 % mora com pai e mãe; 8,7% só com mãe; 5,8% com mãe e padrasto; 5,8% com tia(o)(s) ou avó(ô)(s); 2,9% só com o pai, 5,8% só com irmão(ã)(s); 7,2% moram com o(a) companheiro (a)/ marido/esposa; 1,4% outras situações. Portanto através desses dados percebemos que os arranjos familiares dos estudantes entrevistados não condizem com o “modelo padrão de família, defendido pela sociedade conservadora”.

Tabela 03

Composição do grupo familiar dos jovens entrevistados

Arranjo familiar	V.A	%
Com pai e mãe	41	59,4%
Só com a mãe	6	8,7%
Com a mãe e padrasto	4	5,8%
Com tia(o)(s) ou avó(ô)(s)	4	5,8%
Só com o pai	2	2,9%
Só com irmão(ã)(s)	4	5,8%
Mora com o(a) companheiro (a)/ marido/esposa	5	7,2%
Outras situações	1	1,4%
Não responderam	2	2,9%
Total	69	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Outro aspecto que merece destaque, refere-se a escolaridade e inserção ocupacional dos pais/responsáveis dos jovens entrevistados. Em relação a escolaridade do pai, 30% são alfabetizados, 37,7% concluiu o ensino fundamental e 15,9% concluíram o ensino médio. Já a escolaridade das mães, indica relativos ganhos de escolaridade quando comparamos os percentuais dos pais, 24,6% tem ensino médio e 4,3% ensino superior. Em linhas gerais, pode-se afirmar os jovens estudantes já superaram em grande medida a escolaridade dos pais. E em muitos casos, os filhos são primeiros das famílias de origem a concluir os estudos no ensino médio da educação básica.

TABELA 04**Nível de escolaridade dos pais dos jovens entrevistados**

Nível de escolaridade	Mães	Pais
Nunca estudou	8,7%	8,7%
Alfabetizado	20,3%	30,4%
Ensino fundamental	36,2%	37,7%
Ensino médio	24,6%	15,9%
Ensino superior	4,3%	1,4 %
Não Responderam	5,8%	5,8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Sobre a ocupação dos pais 23,4% são lavradores/agricultores, 5,8% pedreiros, 2,9% trabalham na roça, 2,9 % não trabalha e demais ocupações 1,4%. As ocupações das mães foram: 31,6% lavradoras/agricultoras; 8,7% dona de casa. As ocupações de professora, aposentada e não trabalha tiveram igualmente a porcentagem de 2,9% e demais ocupações 1,4%.

Quanto a renda familiar, 51,5% tem a renda de um salário mínimo; 30,9% apenas ½ (meio) salário mínimo; 5,9% dois a três salários; 2,9 %, quatro a cinco salários e 8,8% não responderam. Observa-se que é significativo o percentual de jovens cujas famílias sobrevivem com menos de um salário mínimo. Essa condição se justifica pelo fato desses jovens e os membros de suas famílias realizarem atividades com remuneração baixas, como é o caso dos diaristas, lavradores, ajudantes de pedreiro, domésticas e faxineiras. Nesse sentido, é importante destacar que muitos jovens do campo começam cada vez mais cedo, sua vida no trabalho com intuito de ajudar seus pais nas despesas de casa.

4.5 A condição juvenil no campo

Quando interrogados se consideram jovens, 97% dos estudantes entrevistados afirmaram que se considera jovem, dentre os motivos apresentados destaca-se os seguintes: *“Por conta da minha idade”*; *“Pela nossa aparência”*; *“Pois estou aprendendo a ter responsabilidades”*; *“Pois tenho desejos de jovens, e me considero jovem pelo que penso”*;

“Ainda não tenho uma família (filhos e esposa”; *“Porque a partir do momento que comecei a trabalhar eu me sentia jovem, pelo fato de estar contribuindo com algo dentro de casa” ;* *“Porque é o momento que temos que tomar decisões importantes da nossa vida para o futuro” ;* *“Porque eu vivo a vida”;* *“Porque minha idade permite que eu seja jovem e meu comportamento na sociedade que eu convivo”;* *“Porque não sou de maior e ainda não realizei meus sonhos”;*

A maioria das respostas estão relacionada a idade vinculando a juventude a um fator biológico. Para alguns estudantes eles se tornaram jovens ao completar 18 anos, para outros ao fazer 17 anos, muitos também se referiram a juventude como um tipo de consciência, um modo de pensar. Para uma parte dos entrevistados a juventude estava diretamente associada a responsabilidade, ao fato de trabalhar, alguns, no entanto apontaram o contrário, indicando a juventude como fase de liberdade, da ausência de responsabilidades. Observamos também que para alguns entrevistados a adolescência e juventude são a mesma coisa e que essa se iniciaria aos 16 anos.

A maioria dos entrevistados se consideravam como jovens rural/ do campo (79,7%) deles Quando interrogados por que se sentiam um jovem rural/ do campo, responderam: *“Eu moro na zona rural”;* *“Ajudo meus pais nas atividades agrícolas/coisas da roça”;* *“É da zona rural que minha família tira o nosso sustento”;* *“É um lugar calmo com muita coisa boas como plantar seus próprios alimentos”;* *“Eu cresci na zona rural”;* *“Eu gosto do campo”;* *“Por que ajudo na agricultura da família”;* *“ porque eu trabalho na roça”;* *“Porque fica longe da cidade”;* *“Porque envolve todo um histórico familiar”,* e *“Minha família são todos nascidos e criados na zona rural”.*

Quanto à participação em grupos, associação ou movimento sociais; 42,0% dos entrevistados afirmaram que participavam, e 53,6% declararam não participava. Embora mais da metade dos estudantes investigados não participe de nenhum grupo ou movimento, há de se destacar que a participação dos jovens em grupos religiosos (70%) é predominante considerando a porcentagem dos que declararam participar de grupos ou movimento social.

Tabela 05

Distribuição dos jovens entrevistados por participação em grupos e associações.

Grupos e Associações	V.A	%
Grupo de jovens religiosos	21	70,0
Grupos de dança	1	3,3
Grupos de Capoeira	3	10,0
Grupos de música	2	6,7
Associação Comunitária	2	6,7
Grupos de Esportes	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

4.6 A inserção no mundo do trabalho

No que se refere a inserção dos jovens no mundo do trabalho (Tabela 06), 62,1% dos entrevistados afirmaram que não trabalham, e os 25,8% trabalham em atividades/ ocupações tais: Ajudante de pedreiro; fazendo bicos; Babá; vendendo doces e salgados; dono de bar, em pastelaria; faxineira; lavador de carro; manicure; vendedora de bolsas 1,4%, vendedor de gás de cozinha e trabalho na roça. Portanto, observa-se que a maioria dos jovens entrevistados que trabalham estão ocupados em atividades informais (33%); 12% trabalha na agricultura familiar e 8% são empregado no campo/diárias. Também se destaca que apenas 8% trabalham em ocupações com carteira assinada na cidade.

Tabela 06:

Distribuição dos jovens entrevistados por tipo de vínculo de trabalho

Tipo de vínculo de trabalho	%
Empregado(a) na cidade com carteira assinada	8,3
Empregado(a) na cidade sem carteira assinada	12,5
Empregado no campo/diarista	8,3
Autônomo/ conta-própria regular	12,5
Conta-própria temporário na cidade (bico, free-lance)	8,3
Trabalha em agricultura familiar	12,5
Outro tipo de auxílio a família sem remuneração	8,3
Não respondeu	29,2
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Nota: Percentuais válidos sob total de entrevistados que trabalham

Os jovens exercem as mesmas atividades que seus pais realizam, que estão sempre voltadas para o cultivo da terra. No caso dos trabalhos realizados pelas jovens, são ocupações que socialmente são atribuídas às mulheres, principalmente as atividades voltadas para o cuidado com o lar.

Os jovens que moram no campo, geralmente, começam a participar das atividades relacionadas a agricultura muito cedo, nesse tempo ocorre também um estreitamento das relações dos jovens com sua família onde eles começam a se inteirar da economia e produção da propriedade (CARVALHO, SANTOS, JÚNIOR, FERRER, 2009). Alguns dos entrevistados começaram a trabalhar antes de completar 18 anos, ainda criança; um dos alunos declarou que começou a trabalhar com 5 anos de idade como veremos na tabela.

TABELA 07
Distribuição dos entrevistados por faixa etária de quando começaram a trabalhar.

Idade que começou a trabalhar	V.A	%
05 anos	1	5,6
08 anos	1	5,6
09 anos	1	5,6
10 anos	1	5,6
11 anos	1	5,6
12 anos	2	11,1
15 anos	3	16,7
16 anos	1	5,6
17 anos	4	22,2
18 anos	1	5,6
Não sei	2	11,1
Total	18	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Quando perguntamos aos jovens que trabalham ou já trabalharam sobre as motivações para o trabalho, identificamos que 37,5% dos entrevistados começaram a trabalhar para ser independente; 33,3% para ajudar os pais na renda familiar; 16,7% por incentivo da família, não responderam 12,5%. Também verificamos que a metade (50%) deles afirmou que contribui com as despesas da casa. Dessa forma, a inserção dos jovens no mundo do trabalho não é uma escolha, mas uma imposição decorrente da sua origem e condição social, daí a importância do seu trabalho como uma maneira de ajudar seus pais na renda familiar.

TABELA 08**Renda mensal dos jovens entrevistados que trabalham.**

Valor em Reais	V.A	%
70,00	2	16,7
80,00	1	8,3
100,00	1	8,3
200,00	1	8,3
200,00	1	8,3
280,00	1	8,3
350,00	2	16,7
460,00	1	8,3
1.000	1	8,3
1600,00	1	8,3
Total	12	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Questionados se os jovens encontram alguma dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, 76,8% afirmou que sim, 8,7% declarou que não e 14,5% não respondeu. As dificuldades citadas com maior recorrência foram “falta de oportunidade/emprego” e “falta de experiência”, seguidas de “a diferença e desigualdade”, “Muitos não consegue pelo fato de ser negro”; “Oportunidade de estudo”, “Por que algumas empresas não empregam menores de 18 anos”.

Esses jovens sofrem com a falta de políticas públicas direcionadas para a geração de emprego e renda no campo, e que considere suas realidades com ações para capacitação técnicas para as atividades do campo, possibilitando inclusive a permanência desses sujeitos em suas localidades.

4.7 As trajetórias escolares e os sentidos atribuídos a escola.

Questionados sobre as motivações para ir para a escola os jovens entrevistados responderam:

TABELA 09
Motivações dos jovens entrevistados para ir à escola

Por que vai à escola	V.A	%
Para ter um futuro melhor	55	35,7
Para adquirir conhecimentos	49	31,8
Para encontrar um emprego	18	11,7
Para obter um diploma	16	10,4
Para encontrar amigos	15	9,7
Por obrigação dos pais	1	0,6
Total	154	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2018. Elaboração Própria

Nota: (1) Trata-se que de uma questão de múltiplas respostas, portanto os percentuais foram calculados a partir do total de respostas.

Questionados sobre as dificuldades para estudar apenas 26,1% declararam que possuem, 72,5% disseram que não. As dificuldades citadas foram: “a matéria que não gosto, cálculos”, “com algumas disciplinas, a biologia, matemática, e química e física”. Também perguntamos aos entrevistados se algum vez já foram reprovados de série, sendo que 68% já foi reprovado; 29% nunca já foi reprovado e 2,9% não respondeu. Dentre aqueles que já foram reprovados, 89 %foi reprovado apenas uma vez e 5,6% mais de uma vez.

Dentre os aspectos positivos da escola citados pelos entrevistados destacaram os seguintes: “A convivência das pessoas”; “o modo de ensino dos professores”; “os amigos”, “as aulas práticas”; “a merenda”; “professores especializados”, “A direção escolar”; “o bom humor de alguns professores e da diretora”.

Já os aspectos negativos foram: “A falta de lanche”; “a falta da sala de laboratório”; “a falta de material escolar que muitas vezes não encontramos”; “a falta da sala de informática”; “Bagunça e barulho”; “Câmera no corredor câmeras e privatização dos bonés”; “professores chatos”; “falta de autoridade dos porteiros”; “Muitos dias sem aula e falta de alguns professores”; “não ter transporte”; “não ter tv para assistir os jogos”.

Os jovens entrevistados também foram questionados se gostaria de mudar algo na escola, sendo que 44,8% afirmaram que sim e 52,2% afirmaram que não. Nessa perspectiva, verificou-se que a maioria dos jovens rurais não indicou nenhuma mudança a ser realizada na escola e os que indicaram apontaram poucas modificações a serem realizadas na instituição. Porém, durante a realização da pesquisa constatou-se que as escolas pesquisadas necessitam

de algumas melhorias fundamentais para a qualificação da formação dos estudantes: Como a utilização e a falta de materiais no laboratório de química, implantação da sala de informática, incentivo a prática de esporte, dentre outros. A falta de críticas a instituição por parte desses jovens justifica-se pelo fato do ensino ofertado nas escolas do campo, ser relativamente “inferior” se comparado ao ensino das escolas urbanas. Porém, ser morador do campo deveria ser uma razão para que os jovens rurais se articulassem e lutassem por melhorias na educação que recebem.

A escola segundo 8,7% dos entrevistados entende muito os seus alunos; para 46,4% dos estudantes entende mais ou menos; 24,6% afirmaram que a escola compreende pouco, 10,1% apontaram que a escola não compreende seus alunos e 10,1% não responderam. Questionados se a escola se interessa pelos problemas da juventude 21,7% dos entrevistados afirmaram que muito; 37,7% mais ou menos; 18,8% muito pouco, 11,6% nada, 10,1% não responderam.

De acordo com 15,9% dos entrevistados a escola se interessa muito por seu bairro/comunidade; 20,3% acham que a escola se interessa mais ou menos; 14,5% afirmou que a instituição se interessa pouco e 37,7% consideraram que não há interesse da escola por seu bairro/comunidade e 11,6% não responderam. Isso é um indicio de que as escolas públicas do campo não dialogam com as vivências desses sujeitos é necessário que os currículos escolares atendam as especificidades dos estudantes do campo.

Por fim, 31,9% dos entrevistados afirmaram que a escola está muito ligada na atualidade, 33,3% disseram que está ligada mais ou menos, 13% afirmaram que está pouco ligada, 11,6% revelaram que a escola não está ligada nas questões da atualidade. Os jovens 69,6% não tem identidade culturais, 23,2% afirmaram que sim e 7,2% não responderam.

4.8 Perspectivas futuras

Um aspecto importante da pesquisa de campo refere-se a permanência dos jovens estudantes do campo na comunidade/município onde mora. Do total de jovens entrevistados, 58% pretende sair da comunidade ou do município onde mora; 37,7% apontaram que não e 2,9% não respondeu. A maioria dos jovens acredita a migração para grandes metrópoles aumenta as chances de se inserir no mercado de trabalho. Dentre os motivos citados,

destacam-se os seguintes: *“A procura de um bom emprego e terminar meus estudos”, “Aqui na localidade onde moro não oferece nada para o nosso desenvolvimento, tanto na área de educação quanto na financeira”, “Aqui não tem o que eu quero, para a minha profissão”, “Construir meu futuro”, “Meus objetivos estão limitados aqui, fora do município eles estão ampliados”, “Não é um lugar vasto de conhecimento”, “Nem sei”, “Oportunidades diversas”, “Para ganhar dinheiro”, “Pela universidade ou merda de trabalho”, “Por que eu não gosto do lugar onde moro”, “Porque é muito pequeno, não tem mercado, não tem igreja, não tem quadra, não tem praça não tem nada onde eu moro”, “Porque é uma merda”, “Porque quero estudar fora e conhecer novas pessoas”, “Porque quero trabalhar e viajar ao mesmo tempo”, “Pouca estrutura”.*

Esses dados apontam que 58% ou seja mais da metade dos entrevistados pretendem migrar para cidade, para eles o campo é visto como um lugar que oferece pouca possibilidade para seu crescimento profissional.

Portanto, constatou-se que os jovens rurais apontam algumas necessidades relacionados a vida do campo. Assim, desloca-se para cidade é uma possibilidade de mudança e melhoria de vida, isso é um fato comum no contexto de mais da metade dos jovens entrevistados.

Os motivos apresentados pelos entrevistados que não pretende não deixar a comunidade, ou o município foram basicamente os seguintes: *“Aqui onde eu moro é um lugar não é bom e não é ruim”; “Gosto do lugar, não pretendo sair da minha cidade”.*

Uma partes dos estudantes exatamente 37% não pretendem deixar o campo e ir para a cidade, porém as condições objetivas como a ausência de mercado de trabalho, ausência também de Instituições de Ensino como escolas, universidades e também a idéia dominante de que avanço e desenvolvimento econômico, profissional e social são conquistados apenas na cidade, esses fatores não favorece a permanência desses jovens no campo.

Do total de entrevistados, 75% dos jovens acreditam que a escola contribui para os seus projetos futuros; 17,4% afirmaram que a escola não contribui para os seus projetos futuros, 7,2 não responderam. Os motivos foram, *“contribui para mais alunos sair com o ensino médio completo e arrumar um trabalho melhor”, “É na escola que aprendemos o básico, mesmo que não tenha a melhor educação”, “Ela abre algumas portas para a oportunidade e melhor condição de vida e aprendizado”. “Ela nos prepara para o futuro”,*

“Ensinaamentos”, “Nem sei”, “Para uma melhor cidadania”, “Pelos professores em se dedicar em nos passar o fundamental e principal para o futuro”, Pois é necessário conhecimento para qualquer função na sociedade”, “Pois ela nos incentiva a ir atrás, dos nossos projetos futuros”, “Pois já me proporcionou momentos significativos pra minha vida acadêmica”, “Pois tive muito incentivo para não desistir dos meus sonhos”, “Porque nos prepara para os nossos projetos”, “Porque sempre tenta querer, fazer projetos ou oficinas , para ocupar nosso tempo”, “Sim e muito é da escola o que sabemos, o que vamos querer no futuro”,

Para os jovens a escola é fundamental para a conquista dos seus objetivos. Essa instituição na concepção desses sujeitos, é um espaço para o crescimento intelectual, um meio de realizações posteriores, como por exemplo, conseguir um bom emprego. 75% dos estudantes acreditam que mesmo que a escola não ofereça uma educação de qualidade ela contribui para seus projetos futuros.

Mais da metade dos jovens investigados (52,2%) afirmou que já escolheu a profissão que pretende exercer; 42% ainda não escolheu, 5,8% não responderam. Dentre as profissões escolas aparecem: Enfermagem, Gastronomia, Medicina, Psicologia que tiveram a porcentagem de 2,9%. Administração, Agronomia, Cabeleireira ou Farmácia, Direito, Educação Física, Engenharia Química, Gastronomia, Ginecologia, Jogador de futebol, Jornalismo, Militar, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Pediatria, Polícia Ambiental, Publicidade e propaganda, Talvez Artista Plástico, Político, Medicina Veterinária.

Foi possível constatar que escolhas dos estudantes não estão relacionadas com as atividades desenvolvidas no campo, percebe-se que esses estudantes não pretendem dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos seus pais.

Outro aspecto relevante é 78% dos jovens entrevistados tem interesse em ingressar na Universidade, o que demonstra interesse pela continuidade dos estudos no ensino superior. Por fim, é importante ressaltar que 73, % dos estudantes entrevistados afirmou conhecer a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A última questão foi como você imagina que estará sua vida daqui a 5 anos? As respostas são bastantes instigantes:

- ✓ *“Com a minha casa própria, morando sozinha, trabalhando, cursando a faculdade e realizando os meus sonhos”*

- ✓ *“Com casa própria, um carro bom, emprego e etc”*
- ✓ *“De muita alegria, boas condições e uma família”*
- ✓ *“Uma vida bem, com filhos, casa, marido e netos”*
- ✓ *“Estar jogando profissionalmente em um clube brasileiro/ europeu”*
- ✓ *“Estudando e trabalhando”*
- ✓ *“Eu não penso no futuro, eu prefiro o agora”*
- ✓ *“Não sei de hoje, imagine daqui a 5 anos!”*
- ✓ *“O futuro pertence a Deus, não me imagino daqui a 5 anos.*

A maioria desses jovens desejam estar trabalhando em uma área que gosta ou fazendo um curso superior, desejam está casada(o), com filhos e com uma casa própria, estabilizados financeiramente. Ou seja, a conclusão do Ensino Médio para a juventude rural, é a forma de dar prosseguimento aos estudos através de cursos, acesso ao ensino superior, e assim ter a oportunidade de morar na cidade ou ter o trabalho que almeja.

Foi possível constatar que esses estudantes em sua maioria negra, moradores do campo, pai ou mãe de família, desejam migrar para a cidade em busca de trabalho, dar continuidade aos estudos tendo em vista seu desenvolvimento econômico e social. Esses entrevistados percebem na escola a possibilidade para as conquistas de suas perspectivas futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia do direito a uma educação de qualidade ainda é um paradigma a ser superado pelos jovens estudantes do campo, isso ocorre, pois, a educação estava direcionada para a juventude urbana.

Esse estudo nos mostra que é necessário a discussão sobre a educação no/do campo e que esta deve está direcionada a atender os interesses desses sujeitos, levando em consideração seu contexto social. Pois apesar das conquistas obtidas a luta por uma educação no/do campo de qualidade ainda prevalece.

A escola é um espaço de aprendizagem, respeito a diversidade e ao mesmo tempo de luta por uma sociedade mais igualitária para todos; entretanto para que isso ocorra a educação não deve ser privilégio de alguns mas torna-se de fato um direito de todos independentemente da cor, raça, religião, gênero, Classe social e lugar de moradia.

O número de escolas com Ensino Médio localizadas na zona rural é muito pequeno, como consequência a juventude do campo precisam deslocar- se para cidade em busca de dar seguimento nos estudos.

Assim como os jovens da cidade os moradores do campo têm direito, a ter uma escola perto da sua localidade, não precisando se deslocar do campo para estudar. Mas através desse estudo percebemos que esse direito não está sendo garantido, pois a escola no campo, sofre ameaças com o fechamento das escolas públicas do campo.

Inclusive após a realização da pesquisa uma das escolas foi fechada, dificultando o acesso dos estudantes ao ensino e os obrigando a se deslocar para a cidade para ter acesso ao ensino.

A educação no/do campo para a juventude, precisa continuar sendo objeto de estudo e análise, pois as pessoas do campo precisam ser tratadas e valorizadas como sujeitos de direitos.

Salientado que não basta apenas garantir a oferta de vagas, inserindo os estudantes nas escolas, mas ofertar meios para que esses estudantes dêem continuidade aos estudos.

As escolas precisam levar em consideração as diversas realidades dos jovens estudantes, compreendo suas diferenças resultado dos diversos contextos sociais em que estão inseridos. Mas, o que se verifica na prática é que esses jovens deixam a escola sem uma

educação de qualidade, por esse motivo não conseguem ter acesso ao ensino superior e tem uma remuneração salarial inferior, resultado da formação precária no Ensino Médio.

Conclui-se, que as atuais escolas no/do não proporcionam os meios necessários para rompimento da reprodução e superação da condição social desses sujeitos, pela ausência de uma educação qualificada, crítica e relacionada com as vivências desses jovens que permanece vítimas da força de trabalho desqualificada e com péssimas remunerações.

Ao final desta pesquisa é necessário ressaltar que questões discutidas neste estudo possui alguns limites que poderão ser complementados em possíveis debates futuros. Assim, o presente trabalho abre um leque de possibilidades para aprofundamentos, tais como: Investigar o porquê as escolas não trabalham com um currículo voltado para as especificidades dos jovens do campo e analisar o porquê das maiorias das escolas de Ensino Médio estarem localizadas apenas nas Cidades do Recôncavo Baiano fato freqüente também em outras regiões.

Dessa forma, buscou-se apresentar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para conclusão do ensino médio nas escolas públicas e a compreensão desta sobre esses sujeitos como possuidores de cultura, com necessidades particulares que precisam ser compreendidas nas realidades escolares principalmente quando se trata de um público que não faz parte da realidade trabalhada pela escola como é o caso dos jovens deste estudo, estudantes do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Andrea Carolina Lopes de. **Educação no e do Campo: muito mais que luta, uma nova proposta educacional**. São Carlos, 2009. Disponível em: https://www.google.com/search?q=EDUCA%C3%87%C3%83O+NO+E+DO+CAMPO%3A+MUITO+MAIS+QUE+LUTA%2C+UMA+NOVA+PROPOSTA+EDUCACIONAL&rlz=1C1OKWM_ptBRBR850BR850&oq=EDUCA%C3%87%C3%83O+NO+E+DO+CAMPO%3A+MUITO+MAIS+QUE+LUTA%2C+UMA+NOVA+PROPOSTA+EDUCACIONAL&aqs=chrome..69i57.1132j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#. Acesso em 01 de julho de 2019.
- BEZERRA, Juliana. Evasão escolar. **TODAMATÉRIA**. SOCIOLOGIA. 09 DE ABRIL DE 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/evasao-escolar/>>. Acesso em 10 de julho de 2019.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra! **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: (1983) Marco Zero. (pp. 112-121)
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2019
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº8.069, de 13 de julho de 1990.
- Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013 A. Disponível em: <<http://www.dpe.ufv.br/wp-content/uploads/ETAPA-I-C.-2.pdf>>. Acesso em: 5 de junho 2019.
- Brasil. Secretaria de Educação. **A evasão escolar no ensino médio: algumas possibilidades**. Paraná, 2016 Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uel_ivanlopesmendes.pdf> Acesso em 10 de julho de 2019.
- BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Estatuto da Juventude**. Brasil, 5 de agosto de 2013 B. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/9412/Estatuto_de_Bolso_Web.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/olhar_sobre_jovem_brasil.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

CARVALHO, D, M; SANTOS, A, B; JUNIOR, J, P, S; FERRER, M, T. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 2019.

CASTRO. Elisa Guaraná. **Os jovens estão indo embora: Juventude Rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; seropédicaRJ: EDUR, 2009.

DAYRELL, Juarez. **A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>. Acesso em 9 de julho de 2019.

EcoDebate. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea): os desafios e avanços para a educação do campo. **EcoDebate**.29 de dezembro de 2010. Disponível em:<<https://www.ecodebate.com.br/2010/12/29/programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronea-os-desafios-e-avancos-para-a-educacao-do-campo/>>. Acesso em 30 de junho de 2019.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia, Araraquara 2005, 18/19, 193-203, Araraquara. Disponível em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/123/121>>. Acesso em 06 de junho de 2019.

LEAO, G; DAYRELL, J, T; REIS, J, B DOS. **Jovens olhares sobre a escola do ensino médio**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 253-273, maio-ago. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a06v31n84.pdf>>. Acesso em 9 de julho de 2019.

LOMBARDI, SILVIA SALLES LEITE. **Políticas Públicas para a Juventude: desafios e conquistas do Projovem Urbano Itapetininga (SP) ... f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Itapetininga-SP, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2694/1/CT_GPM_III_2013_54.pdf>. Acesso em 3 de junho de 2019.**

MACHADO, Luane Cristina, Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. **EDUCERE**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em 09 de maio de 2019.

Mandelli, M. T.; Soares, D. H. P.; Lisboa, M. D.V. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro. 2011. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v63nspe/06.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

MELIM, Juliana, Iglesias. Trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. Serv. **Soc.& Saúde**, Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 167-184 jul./ dez. 2012. Disponível

em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/download/8635161/2974>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

RAITZ, T, R. PETTERS. L, C, F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia e Sociedade**. v.20 n.3 Florianópolis Setembro/ dezembro. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/11.pdf>>. Acesso em 26 de junho de 2019.

ROCHA, Maria. Cristina. **Juventude: apostando no presente**. Imaginário, v. 12, n. 12, p. 205-223, jun. 2006. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100011. Acesso em: 07 de junho de 2019.

RODRIGUES; H, C, C. BONFIM; H, C, C. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS ASPECTOS LEGAIS. **Educere**. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2019.

SANTOS, A, T; MIRANDA E, F; **EDUCAÇÃO DO RURAL VERSUS EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARADIGMAS E CONTROVÉRSIAS**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 134-146, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7206/6990>>. Acesso em 30 de junho de 2019.

SILVA, PELISSARI, STEIMBACH, Juventude, **escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/aop899.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

SOUZA, Maria, Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação Social**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019.

SOUZA. Rainer, Gonçalves. Sociologia da Juventude. **Mundo Educação**. Sociologia. Disponível em:<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/sociologia-juventude.htm>>. Acesso em 27 de junho de 2019.

VILLELA. Fabio Fernandes. **Bullying na Roça: Estudo sobre o preconceito em jovens de escolas de Meio Rural para a formação de professores em educação de Campo**. Rio preto, 2014. Disponível em : https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completos/5_Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20novas%20pol%C3%ADticas%20educacionais/5B_Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20novas%20pol%C3%ADticas%20educacionais/11_F%C3%A1bio%20Villela.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2019.

VILLELA, Fabio Fernandes. A educação dos jovens caipiras: um estudo sobre o preconceito em jovens de escolas de meio rural para a formação de professores em educação do campo.

São Paulo 2014. Disponível em:

<http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/615.pdf> Acesso em 27 de junho de 2019.

ANEXO – Instrumento de Coleta de Dados



Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL

Rua Maestro Irineu, s/n – Centro. Cachoeira / Bahia / Brasil. 44.300-000

Tels: (75) 3425-2943 Fax: (75) 3425-2551

cahl@ufrb.com.br /ufrb.edu.br/cahl

Projeto de Pesquisa

Juventude (s), educação e perspectivas de futuro:

Um estudo exploratório sobre jovens estudantes das escolas públicas do Recôncavo da Bahia

Question @rio

I. CONHECENDO MAIS SOBRE VOCÊ:

1. Nome da escola onde estuda: _____

2. Turma: _____

3. Gênero:

1. ()Feminino 2. ()Masculino 3. ()Outros:_____

4. **Idade:** _____

5. Identidade Racial/ Etnia:

1. ()Negra 2. ()Não Negra 3. ()Indígena 4. ()Outro: _____

5. ()Não deseja
declarar

6. Religião:

1. ()Católico 2. ()Protestante/Evangélico 3. ()Candomblé
4. ()Umbanda 5. ()Espírita/Kardecista 6. ()Não tenho
religião

7. ()Outras:_____

7. Município onde nasceu: _____

8. Município onde mora: _____

9. Você mora na: 1 () Zona Urbana 2 () Zona rural

Responsável	
--------------------	--

17. Qual a renda da sua família?

1. () Até 1/2 salário 2. () 01 salário 3. () 02 a 03 salários
4. () 04 a 05 salários 5. () Mais de 05 salários

III SER JOVEM

18. Você se considera jovem?

1. () Sim 2. () Não

Por

quê? _____

19. Você se considera um jovem rural/ do campo? (Esta pergunta se aplica apenas para quem mora na zona rural)

1. () Sim 2. () Não

Por

quê? _____

20. Você gostaria de modificar algo na comunidade ou bairro onde mora?

1. () Sim.

Qual? _____

2. () Não

IV. INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

21. Você trabalha?

1. () Sim, em 2. () Não → **Ir para a questão 27**
que? _____

3. () Já trabalhou, mas não trabalha no momento. Em que? _____

22. No seu trabalho você é (ou no último trabalho, para quem já trabalhou):

1. () Empregado/a na cidade com carteira assinada 3. () Empregado no campo/ diarista
2. () Empregado/a na cidade sem 4. () Autônomo/ conta-própria regular

Qual? _____

V SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR

28. Por que você vai à escola? (**Você pode escolher até 03 alternativas**)

1. () Encontrar os amigos 2. () Por obrigação dos pais 3. () Encontrar um emprego
 4. () Adquirir conhecimentos 5. () Para receber um diploma 6. () Para ter um futuro melhor
 7. () Outro: _____

29. Você tem dificuldade para estudar?

1. () Sim. Quais?

2. () Não

30. Você já foi reprovado de ano/série?

1. () Sim Quantas vezes? _____
 2. () Não

31. Indique dois aspectos positivos na escola:

32. Indique dois aspectos negativos na escola:

33. Você gostaria de modificar algo na sua escola?

1. () Sim. O que?

2. () Não

34. Você acha que a escola: (ASSINALAR COM UM X)

A ESCOLA:	MUITO	MAIS OU MENOS	POUCO	NADA
-----------	-------	---------------	-------	------

a. entende os jovens?				
b. se interessa pelos problemas dos jovens?				
c. se interessa por seu bairro/comunidade?				
d. está ligada nas questões da atualidade?				

35. Quais temas relacionados a juventude você mais gostaria de discutir na escola?

1. () Identidades culturais 2. () Questões Raciais 3. () Orientação profissional
(Racismo;
discriminação racial;
genocídio de jovens
negros etc....)
4. () Acesso a Universidade Pública 5. () Participação política 6. () Permanência no campo/zona rural
7. () Violência e discriminação 8. () Gênero e sexualidade 9. () Tecnologias e mundo digital
- 10 () Machismo, feminicídio, violência doméstica; 11. () Saúde e Prevenção 12 () Inserção no mercado de trabalho
- 13 () Drogas 14 () Esporte e Lazer 15 ()
Outro: _____

VI. PERSPECTIVA PARA O FUTURO:

36. Usando uma ordem de 1 a 6, numere o que você deseja para seu futuro:

1. () Ter uma casa própria 2. () Concluir o Ensino Médio 3. () Ir para outro lugar
4. () Estudar na Universidade 5. () Trabalhar 6. () Não sei
7. () Constituir família

37. Você pretende sair da comunidade ou município onde mora?

1. () Sim 2. () Não

Por

quê? _____

38. Você acredita que a escola contribui para os seus projetos futuros?

1. () Sim 2. () Não

Por

quê? _____

39. Você já definiu/escolheu a profissão que pretende exercer?

1. () Sim. Qual?

2. () Não

40. Você tem interesse em ingressar na Universidade?

1. () Sim

2. () Não

41. Você conhece a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) ?

1. () Sim

2. () Não

42. Como você imagina que estará sua vida daqui a 5 anos?
